

**BANCO SEMEAR S.A.**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES  
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

**BANCO SEMEAR S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2020**

**CONTEÚDO**

Relatório da Administração	1
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	7
QUADRO 1 – Balanços patrimoniais	11
QUADRO 2 – Demonstrações dos resultados dos exercícios	13
QUADRO 3 – Demonstrações dos resultados abrangentes	14
QUADRO 4 – Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	15
QUADRO 5 – Demonstrações dos fluxos de caixa	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras	17

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

A Administração do Banco Semear, em conformidade com a legislação em vigor, apresenta as Demonstrações Financeiras relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2020, juntamente com as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes.

O Banco Semear, banco múltiplo, de capital fechado, com atuação em todo o território brasileiro, é focado nos segmentos de pessoa física e pessoa jurídica, atuando com operações de crédito e serviços financeiros.

No segmento de pessoa física, Negócio Varejo, o Banco atua diretamente no financiamento de bens de consumo duráveis (CDC) e empréstimo pessoal, por meio de redes varejistas regionais, e com estratégia clara de pulverização desta base através de ampliação de novas parcerias operacionais.

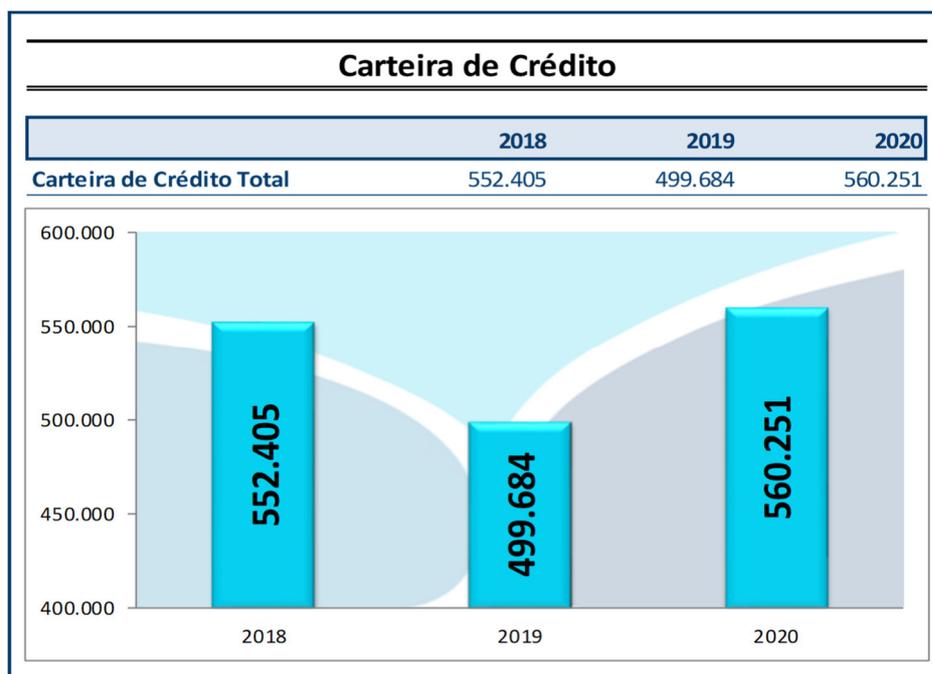
No segmento de pessoa jurídica, Negócio Empresa, o Banco atua junto a empresas de pequeno e médio porte com operações prioritariamente de curto e médio prazo, com operações de capital de giro, antecipação e aquisição de recebíveis. A estratégia de atuação focou na pulverização da carteira, privilegiando operações performadas e a qualidade das garantias recebidas. O Banco passou a oferecer o Negócio Câmbio atuando junto a empresas importadoras e exportadoras de pequeno e médio porte (que possuam direito e obrigações no exterior – derivadas de serviço ou do comércio de produtos) com operações de Câmbio Pronto.

O Planejamento Estratégico alinhado ao foco de atuação, para os próximos anos, permanece com forte investimento na infraestrutura, inserção no universo digital, em especial voltado para expansão de operações no mercado de meios de pagamentos, fortalecimento da Governança Corporativa e continuidade de ampliação do portfólio de produtos e serviços para melhor atender os nossos clientes.

### **Desempenho Operacional**

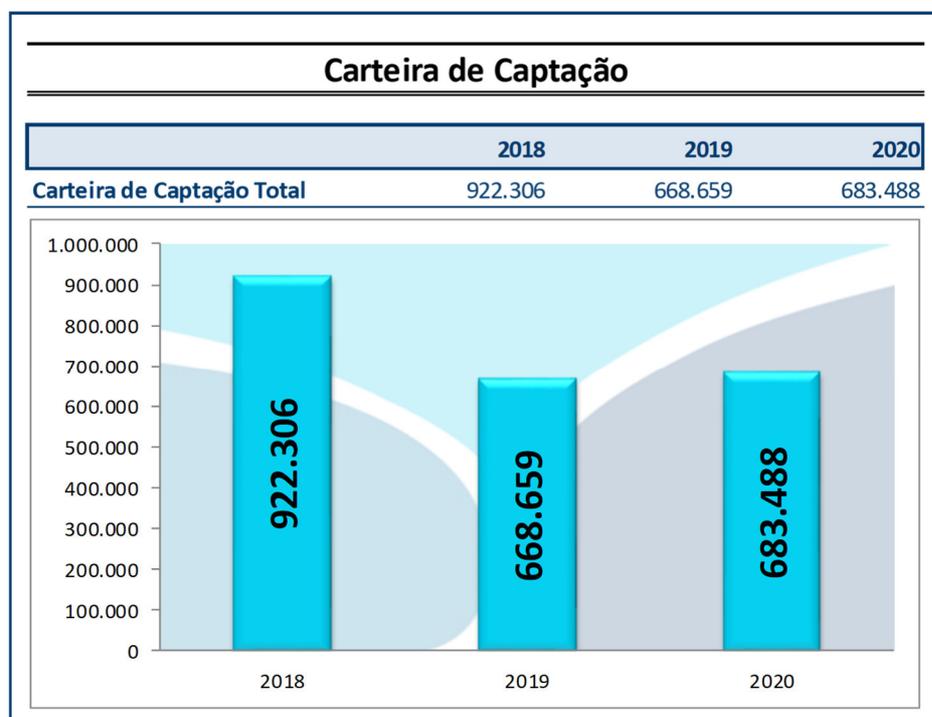
#### **Carteira de crédito:**

A carteira de crédito Pessoa Física representa 67,6% da carteira total, e a carteira varejo 58,4%, sendo que o Crédito Direto ao Consumidor representa 50,6%, Empréstimo Pessoal 7,8% e Empréstimo Consignado 0,1%. A carteira de crédito Pessoa Jurídica representa 32,4% do total e é composta por Crédito PJ e Antecipação de Recebíveis, sendo o primeiro o principal produto da carteira, representando 28%. A carteira imobiliária fechou o ano representando 9,2% da carteira de crédito total do banco.



### Captações

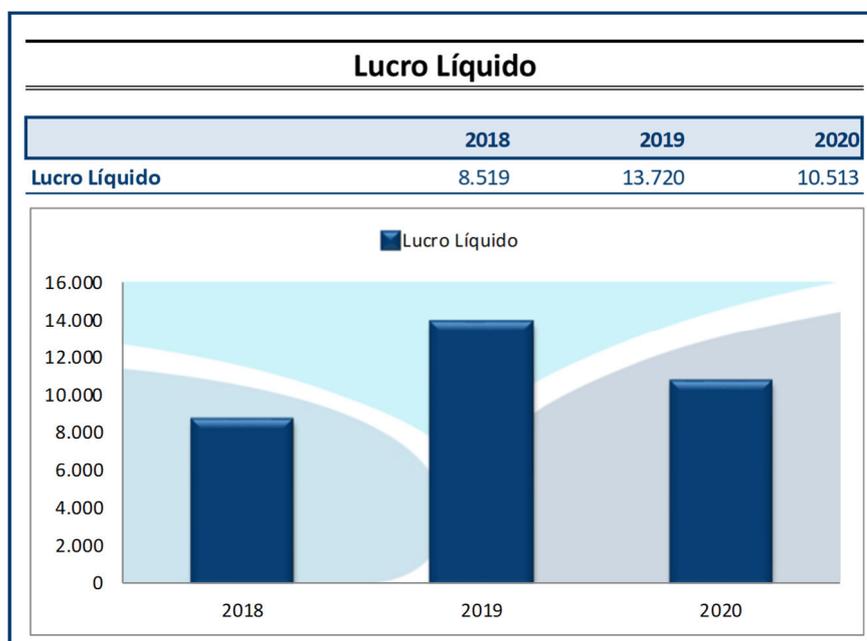
Nas captações, o Banco teve um crescimento em relação ao ano anterior. A carteira de captação totalizou R\$683,5 milhões, pulverizadas entre correntistas, distribuidores e o Bacen, através da Letra Financeira Garantida (LFG), emitidos com prazo de liquidez alongados, sendo que os CDBs continuam sendo a principal fonte de captação. O incremento ocorrido entre os anos de 2019 e 2020 ocorreu com o intuito de aumentar o caixa do banco diante das incertezas decorrentes da pandemia do coronavírus.



**Desempenho Econômico Financeiro**

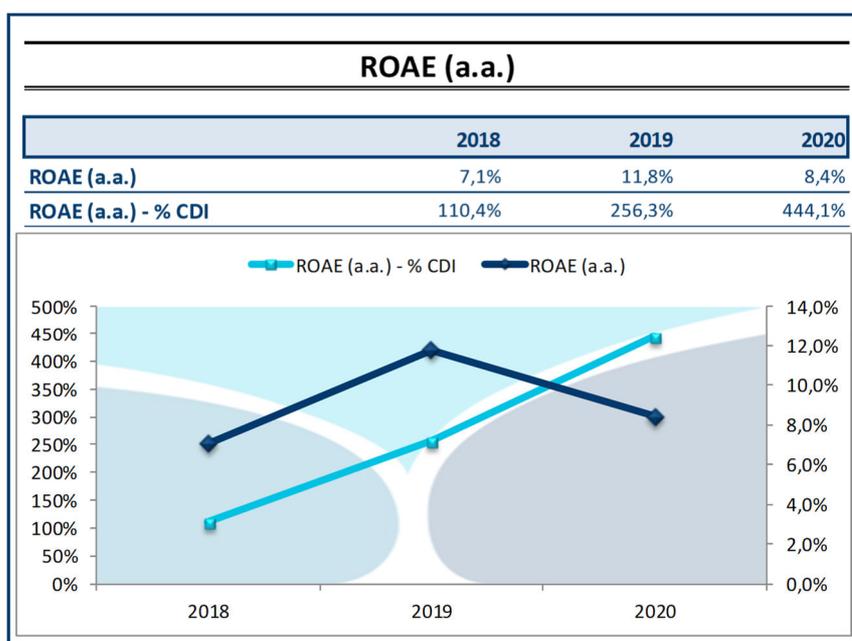
**Lucro Líquido**

O Banco Semear fechou o ano de 2020 apresentando um lucro líquido no montante de R\$10,5 milhões, valor este inferior ao ocorrido no ano de 2019.



**Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio**

O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) foi de 8,4% a.a., inferior em 3,4 p.p. quando comparado ao ano anterior. Contudo, quando comparado o ROAE em %CDI, o retorno foi de 444,1% do CDI, bem superior ao de 2019.



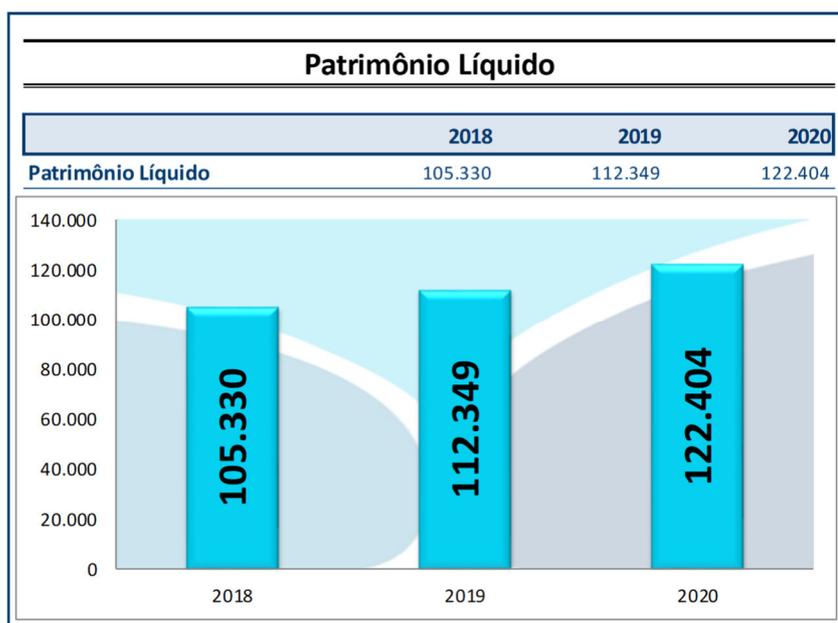
### Resultado bruto de intermediação financeira

O resultado de intermediação financeira, antes da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, fechou o ano em R\$141,6 milhões, representando um acréscimo de R\$40,7 milhões em relação a 2019.

### Desempenho Patrimonial

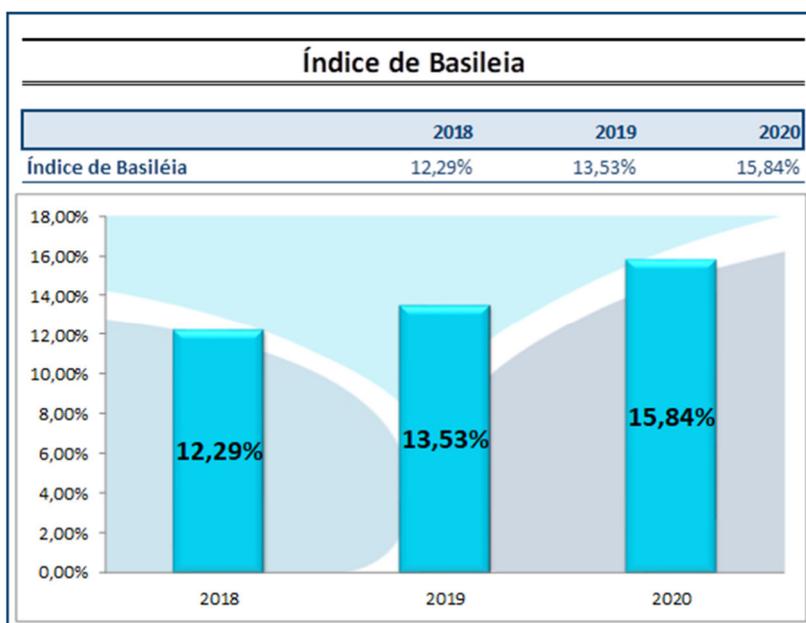
#### Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido foi incrementado em 2020 encerrando o ano em R\$122,4 milhões, contra um montante de R\$112,3 milhões em 2019.



#### Índice da Basileia

O índice de Basileia apurado no final de 2020 foi de 15,84%, mantendo-se a estrutura de capital confortável e sustentável para suportar eventuais riscos inerentes ao negócio e crescimento projetado para os próximos exercícios.



### **Gerenciamento de capital**

O gerenciamento de capital é definido como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital que demonstra a necessidade frente ao atendimento dos limites operacionais vigentes, bem como em face aos riscos, aos quais, a instituição está sujeita, considerando as metas de crescimento e os planos de ações para tornar factível o cumprimento do planejamento estratégico. A gestão é realizada de forma segregada das unidades de negócios e as políticas de riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração, sendo que suas diretrizes são conduzidas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital.

### **Agradecimentos**

Apesar de um contexto de mercado com pequeno crescimento e os efeitos adversos da pandemia do coronavírus, os resultados alcançados neste ano de 2020 refletem a gestão positiva e eficiente de nossas operações, com busca de novas soluções para os nossos clientes, mitigação de riscos e diversificação dos negócios. Assim, ensejamos uma ótima perspectiva para os próximos anos.

Agradecemos aos nossos clientes, colaboradores e parceiros pela confiança.

A Administração.

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### RELATÓRIO MG – 2021/030

Aos

**Administradores e aos Acionistas do**

Banco Semear S.A.

Belo Horizonte - MG

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **Banco Semear S.A.** (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Banco Semear S.A.** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

### Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao **Banco Semear S.A.** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

#### Reapresentação das Demonstrações Financeiras

Conforme mencionado na nota explicativa 4, a Administração revisou o processo de registro das obrigações e despesas de comissão de equalização do produto CDC-E, objetivando a criação de controles e registros contábeis mais acurados e sistêmicos. Os efeitos apurados, principalmente, aqueles relacionados ao registro de passivos adicionais, bem como, seus efeitos tributários diferidos, foram estimados e apresentados retrospectivamente. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir os devidos efeitos citados, em conformidade com a NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e a NBC TG 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, bem como, as Resoluções 4007/11 e 4.842/20, respectivamente. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

## **Outros assuntos**

### **Demonstrações financeiras do exercício anterior examinadas por outro auditor independente**

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes do processo de registro das obrigações e despesas de comissão de equalização do produto CDC-E, descritos na nota explicativa 4, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 23 de abril de 2020. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2020, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa 4, que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos às demonstrações financeiras de 2019. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2019 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações contábeis de 2019 tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório de auditoria**

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade e a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belo Horizonte, 30 de março de 2021.

 **bakertilly**

**Gilberto Galinkin**

Contador CRC MG - 035.718/O-8

**Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes**

CRC MG - 005.455/O-1

**QUADRO 1**

**BANCO SEMEAR S.A.**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Semestre findo em 31 de dezembro e exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Notas explicativas	2020	2019	01/01/2019
			Reapresentado	Reapresentado
<b>Circulante</b>		<b>698.523</b>	<b>695.352</b>	<b>947.135</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5	70.306	76.773	302.796
<b>Instrumentos financeiros</b>		<b>570.971</b>	<b>542.454</b>	<b>578.177</b>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6	-	310	311
Títulos e valores mobiliários	7	120.628	134.717	127.114
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-
<b>Relações interfinanceiras</b>		<b>295</b>	<b>332</b>	<b>278</b>
Pagamento e recebimentos a liquidar				
Depósitos no Banco Central		280	326	272
Correspondentes		15	6	6
<b>Carteiras de crédito</b>	8	<b>435.878</b>	<b>399.568</b>	<b>431.082</b>
Operação de crédito		449.335	413.077	426.845
Outros créditos com característica de concessão de créditos		32.996	14.718	28.545
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(46.453)	(28.227)	(24.308)
<b>Outros ativos financeiros</b>	9	<b>14.170</b>	<b>7.527</b>	<b>19.392</b>
Rendas a receber		648	373	120
Diversos		13.812	7.455	20.923
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(290)	(301)	(1.651)
<b>Créditos tributários</b>	10		<b>21.781</b>	<b>29.104</b>
<b>Outros ativos</b>	11	<b>57.246</b>	<b>54.344</b>	<b>37.058</b>
Outros valores e bens		56.503	54.176	36.520
(-) Provisão para desvalorizações		(1.349)	(1.238)	(831)
Despesas antecipadas		2.092	1.406	1.369
<b>Não circulante</b>		<b>187.830</b>	<b>159.816</b>	<b>157.538</b>
<b>Instrumentos financeiros</b>		<b>88.184</b>	<b>81.440</b>	<b>101.698</b>
<b>Carteiras de crédito</b>	8	<b>69.102</b>	<b>62.171</b>	<b>84.495</b>
Operação de crédito		33.491	22.076	30.724
Outros créditos com característica de concessão de créditos		44.429	49.813	66.291
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(8.818)	(9.718)	(12.520)
<b>Outros ativos financeiros</b>	9	<b>19.082</b>	<b>19.269</b>	<b>17.203</b>
Rendas a receber		296	903	10
Diversos		21.571	21.151	19.978
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(2.785)	(2.785)	(2.785)
<b>Créditos tributários</b>	10	<b>94.114</b>	<b>69.654</b>	<b>49.287</b>
<b>Investimentos</b>		<b>317</b>	<b>160</b>	<b>92</b>
<b>Imobilizado de uso</b>		<b>927</b>	<b>849</b>	<b>579</b>
Outras imobilizações de uso		3.053	2.832	2.871
(-) Depreciação acumulada		(2.126)	(1.983)	(2.292)
<b>Intangível</b>		<b>2.951</b>	<b>4.676</b>	<b>449</b>
Ativos intangíveis		7.345	7.285	3.823
(-) Amortização acumulada		(4.394)	(2.609)	(3.374)
<b>Outros ativos</b>	11	<b>1.337</b>	<b>3.037</b>	<b>5.433</b>
Despesas antecipadas		1.337	3.037	5.433
<b>Total do ativo</b>		<b>886.353</b>	<b>855.168</b>	<b>1.104.673</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 1 (Página 2)

BANCO SEMEAR S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Semestre findo em 31 de dezembro e exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

PASSIVO	Notas explicativas	2020	2019	01/01/2019
			Reapresentado	Reapresentado
<b>Circulante</b>		<b>338.664</b>	<b>294.858</b>	<b>489.182</b>
<b>Passivos financeiros</b>		<b>338.664</b>	<b>294.858</b>	<b>489.182</b>
<b>Depósitos</b>	<b>12</b>	<b>244.647</b>	<b>237.632</b>	<b>427.703</b>
Depósitos à vista		19.074	15.236	55.666
Depósitos a prazo		225.573	222.396	372.037
<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b>	<b>12</b>	<b>46.342</b>	<b>12.302</b>	<b>11.568</b>
<b>Relações interfinanceiras</b>		-	4	-
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>				
<b>Outros passivos financeiros</b>	<b>13</b>	<b>47.675</b>	<b>44.920</b>	<b>49.911</b>
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		9	319	293
Obrigações sociais e estatutárias		-	4.420	-
Fiscais e previdenciárias		10.725	4.314	12.280
Diversas		36.233	34.831	36.772
Receitas antecipadas		708	1.036	566
<b>Não circulante</b>		<b>425.285</b>	<b>447.961</b>	<b>510.162</b>
<b>Passivos financeiros</b>		<b>396.807</b>	<b>420.024</b>	<b>484.281</b>
<b>Depósitos</b>	<b>12</b>	<b>392.498</b>	<b>418.723</b>	<b>483.035</b>
Depósitos a prazo		392.498	418.723	483.035
<b>Outros passivos financeiros</b>	<b>13</b>	<b>4.309</b>	<b>1.301</b>	<b>1.246</b>
Fiscais e previdenciárias		54	78	75
Diversas		3.874	15	4
Receitas antecipadas		381	1.208	1.167
<b>Provisões</b>	<b>14</b>	<b>28.478</b>	<b>27.937</b>	<b>25.881</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>15</b>	<b>122.404</b>	<b>112.349</b>	<b>105.329</b>
Capital social		106.711	104.119	104.119
De domiciliados no país		106.711	104.119	104.119
Reserva legal		3.107	2.581	2.030
Reserva de retenção de lucros		12.586	5.649	(820)
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>886.353</b>	<b>855.168</b>	<b>1.104.673</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Semear S.A.

Demonstrações de resultados

Semestre findo em 31 de Dezembro de 2020 e exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Notas explicativas	Semestre findo em	Ano findo em	
		dez/2020	dez/2020	dez/2019 Reapresentado
<b>Receitas de intermediação financeira</b>		<b>89.301</b>	<b>169.146</b>	<b>157.833</b>
Operações de crédito	8g	74.189	144.808	126.373
Outros créditos com característica de concessão de créditos	8g	13.622	19.010	15.181
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	6c	1.005	2.675	8.726
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7c	217	2.384	7.553
Resultado de operações com instrumentos financeiros derivativos	7c	91	91	
Resultado com operações de câmbio		177	178	
<b>Despesas de intermediação financeira</b>		<b>(11.298)</b>	<b>(27.520)</b>	<b>(56.914)</b>
Operações de captação no mercado	12c	(11.298)	(27.520)	(56.914)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>78.003</b>	<b>141.626</b>	<b>100.919</b>
<b>Resultado de provisões para perdas</b>		<b>(30.186)</b>	<b>(56.418)</b>	<b>(35.695)</b>
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8d	(30.186)	(56.418)	(35.695)
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		<b>(37.648)</b>	<b>(68.816)</b>	<b>(62.202)</b>
Receitas de prestação de serviços	17	433	1.320	2.197
Rendas de tarifas bancárias	17	1.277	2.520	2.863
Despesas de pessoal	18	(9.778)	(19.692)	(20.022)
Outras despesas administrativas	19	(22.828)	(43.506)	(40.957)
Despesas tributárias	20	(6.032)	(11.383)	(11.949)
Outras receitas operacionais	21	7.340	14.933	18.874
Outras despesas operacionais	22	(8.060)	(13.008)	(13.208)
<b>Resultado operacional</b>		<b>10.169</b>	<b>16.392</b>	<b>3.022</b>
<b>Resultado não operacional</b>		<b>(227)</b>	<b>(880)</b>	<b>(746)</b>
Outras receitas		764	1.276	866
Outras despesas		(991)	(2.156)	(1.612)
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e as participações</b>		<b>9.942</b>	<b>15.512</b>	<b>2.276</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro</b>		<b>(2.947)</b>	<b>(4.999)</b>	<b>11.444</b>
Imposto de renda sobre o lucro corrente	23	(1.410)	(4.609)	(973)
Contribuição social sobre o lucro corrente	23	(935)	(3.094)	(623)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferido	23	(602)	2.704	13.040
<b>Resultado do semestre/exercícios</b>		<b>6.995</b>	<b>10.513</b>	<b>13.720</b>
<b>Resultado líquido por lote de mil ações - R\$</b>		<b>0,05</b>	<b>0,08</b>	<b>0,11</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Semear S.A.

**Demonstrações dos resultados abrangentes**

**Semestre findo em 31 de Dezembro de 2020 e exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019**

*(Em milhares de Reais)*

	Semestre findo em dez/2020	Ano findo em	
		dez/2020	dez/2019
			<b>Reapresentado</b>
<b>Resultado do semestre</b>	<b>6.995</b>	<b>10.513</b>	<b>13.720</b>
Outros resultados abrangentes do semestre/exercícios	-	-	-
<b>Total do resultado abrangente do semestre/exercícios</b>	<b>6.995</b>	<b>10.513</b>	<b>13.720</b>
<b>Resultado líquido por lote de mil ações - R\$</b>	<b>0,05</b>	<b>0,08</b>	<b>0,11</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Semear S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo em 31 de Dezembro de 2020 e exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

	Reservas de Lucro			Lucros/ Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Retenção de lucro		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>104.119</b>	<b>2.030</b>	<b>11.410</b>	-	<b>117.559</b>
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	(12.230)	-	(12.230)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)</b>	<b>104.119</b>	<b>2.030</b>	<b>(820)</b>		<b>105.329</b>
Resultado do exercício	-	-	-	13.720	13.720
<b>Destinação dos resultado</b>					
Juros sobre o capital próprio - pagos	-	-	-	(6.700)	(6.700)
Constituição de Reserva Legal	-	551	-	(551)	-
Reclassificação para Reserva de Retenção de Lucros	-	-	6.469	(6.469)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>104.119</b>	<b>2.581</b>	<b>5.649</b>	-	<b>112.349</b>
<b>Mutações do período</b>		<b>551</b>	<b>(5.761)</b>		<b>(5.210)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>104.119</b>	<b>2.581</b>	<b>15.188</b>	-	<b>121.888</b>
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	(9.539)	-	(9.539)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)</b>	<b>104.119</b>	<b>2.581</b>	<b>5.649</b>	-	<b>112.349</b>
Aumento de capital	2.592	-	-	-	2.592
Resultado do exercício	-	-	-	10.513	10.513
<b>Destinação dos resultado</b>					
Juros sobre o capital próprio - pagos	-	-	-	(3.050)	(3.050)
Constituição de Reserva Legal	-	526	-	(526)	-
Reclassificação para Reserva de Retenção de Lucros	-	-	6.937	(6.937)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>106.711</b>	<b>3.107</b>	<b>12.586</b>	-	<b>122.404</b>
<b>Mutações do período</b>	<b>2.592</b>	<b>526</b>	<b>6.937</b>		<b>10.055</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2020</b>	<b>106.711</b>	<b>2.757</b>	<b>13.981</b>	-	<b>123.449</b>
Aumento de capital	2.592	-	-	-	2.592
Resultado do semestre	-	-	-	6.995	6.995
<b>Destinação dos resultado</b>					
Juros sobre o capital próprio - pagos	-	-	-	(3.050)	(3.050)
Constituição de Reserva Legal	-	350	-	(350)	-
Reclassificação para Reserva de Retenção de Lucros	-	-	3.595	(3.595)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>106.711</b>	<b>3.107</b>	<b>12.586</b>	-	<b>122.404</b>
<b>Mutações do período</b>		<b>350</b>	<b>3.595</b>		<b>3.945</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Semear S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestre findo em 31 de Dezembro de 2020 e exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

	Semestre findo em	Ano findo em	
	dez/2020	dez/2020	dez/2019
<b>Fluxo de caixa proveniente das operações</b>			<b>Reapresentado</b>
<b>Resultados dos períodos</b>	<b>6.995</b>	<b>10.513</b>	<b>13.720</b>
Ajustes dos resultados dos períodos com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Ajuste em investimento de coligada e controlada			
Depreciação	100	191	157
Amortização	882	1.785	808
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (operações de crédito)	29.447	51.715	26.957
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (com característica de concessão)	739	4.053	8.827
Provisão de bens retomados - com pendências em cartórios			(1.160)
Impostos diferidos	602	(2.704)	(13.040)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (outros valores e bens)	229	879	951
Provisões diversas			
Provisão para impostos e contribuições diferidos	(129)	(24)	4
Provisão para pagamentos a efetuar	2.468	1.494	(3.935)
Provisão para passivos contingentes	(703)	(171)	1.297
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	2.345	7.703	1.596
	<u>35.980</u>	<u>64.921</u>	<u>22.462</u>
<b>Resultados dos períodos ajustados</b>	<b>42.975</b>	<b>75.434</b>	<b>36.182</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Redução (aumento) nos ativos:			
Aplicações interfinanceiras de liquidez		310	1
Títulos e valores mobiliários	(612)	14.089	(7.603)
Operações de crédito	(70.399)	(77.788)	(1.541)
Outros créditos com característica de concessão de créditos	(12.537)	(21.221)	19.595
Outros ativos financeiros	2.145	6.307	29.458
Outros valores e bens	(4.710)	(2.081)	(15.841)
Outros ativos fiscais	732	(2.679)	(13.044)
Relações interfinanceiras e interdependências	1.187	36	(53)
	<u>(84.194)</u>	<u>(83.027)</u>	<u>10.972</u>
Aumento (redução) nos passivos:			
Depósitos	(81.227)	(19.211)	(254.382)
Recursos de aceites e emissão de títulos	41.463	34.040	734
Relações interfinanceiras	(275)	(3)	3
Provisões para passivos contingentes	(269)	540	2.057
Outras obrigações	5.844	(3.239)	(3.898)
	<u>(34.464)</u>	<u>12.127</u>	<u>(255.486)</u>
Impostos pagos sobre o lucro	(8.118)	(10.059)	(5.459)
<b>Fluxo de caixa proveniente de (utilizado nas) das atividades operacionais</b>	<b>(126.776)</b>	<b>(80.959)</b>	<b>(249.973)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Ajustes no Investimento	(88)	(156)	(69)
Aquisição no imobilizado de uso	(228)	(269)	(428)
Aquisição no intangível	(60)	(60)	(5.035)
<b>Fluxo de caixa proveniente de (utilizado nas) atividades de investimento</b>	<b>(376)</b>	<b>(485)</b>	<b>(5.532)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Aumento de capital	2.593	2.593	
Distribuição de dividendos	(3.050)	(3.050)	(6.700)
Juros sobre Capital Próprio pagos			
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>(457)</b>	<b>(457)</b>	<b>(6.700)</b>
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes</b>	<b>(84.634)</b>	<b>(6.467)</b>	<b>(226.023)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início dos períodos	154.940	76.773	302.796
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos períodos	<u>70.306</u>	<u>70.306</u>	<u>76.773</u>
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes</b>	<b>(84.634)</b>	<b>(6.467)</b>	<b>(226.023)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1 Contexto operacional

O Banco Semear S.A. (“Banco” ou “Instituição”) é um banco múltiplo, de capital fechado, fundado em 2006, com atuação em todo território brasileiro. Está situado em Belo Horizonte, oferecendo aos seus clientes amplo portfólio de produtos e serviços financeiros, nos segmentos pessoa física e pessoa jurídica, com os seguintes produtos:

- **Pessoa física:** Operações de financiamento de bens de consumo duráveis (CDC) e empréstimo pessoal, através de redes varejistas regionais de eletrodomésticos.
- **Pessoa jurídica:** Operações para empresas pequenas e médias nas modalidades de capital de giro, antecipação e aquisição de recebíveis, em especial de cartões de créditos.
- **Serviços:** Investimentos, intermediação de seguros e câmbio.

Durante o ano de 2020, o mundo foi assolado pela proliferação do vírus COVID-19 – Coronavírus – que possui uma capacidade rápida de disseminação e de contágio afetando, especialmente, idosos e pessoas com problemas crônicos de saúde. A Organização Mundial da Saúde a considerou como pandemia mundial. O Governo Federal, o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil vêm tomando medidas com o intuito de atenuar estes efeitos na economia brasileira, tanto para a população quanto para as instituições financeiras. Diante desse cenário, a Administração vem agindo de forma rápida e efetiva para minimizar os impactos advindos da pandemia na instituição.

Diante de tudo isso, o Banco vem seguindo todas as recomendações do Ministério da Saúde e da OMS com o intuito de minimizar a proliferação do vírus entre os colaboradores, os clientes e a comunidade.

Como é de extrema dificuldade saber o efetivo impacto sobre o risco de crédito, risco de liquidez e nas operações de crédito fruto da atual circunstância em nosso negócio e prever todas as situações, a Administração está agindo de forma rápida para minimizar seus efeitos na instituição, da seguinte forma:

- Foi criado um comitê de crise para definições urgentes e com reuniões frequentes.
- Foram definidas três frentes emergenciais de atuação:
  - Originação: foco em garantir a entrada de operações no curto prazo e no médio prazo, tanto em operações de crédito quanto em aplicações financeiras.
  - Recebimentos: foco no monitoramento das receitas, atuando de forma instantânea em caso de inadimplência, minimizando o aumento do risco de crédito e liquidez.
  - Redução de Despesas: reavaliação de todos os contratos em andamento, cancelamento de admissões e projetos com foco no longo prazo, análise das principais linhas de despesas, para traçar um plano de redução.
- Em termos de funcionamento, foi definido um número mínimo de estrutura necessária para operacionalizar o Banco com segurança – estes ficam fisicamente presentes – e privilegiar o trabalho remoto, home office, para as atividades que não comprometam o dia a dia do Banco.
- As políticas de crédito foram ajustadas para minimizar os efeitos da inadimplência esperada para esta situação.
- Com relação à liquidez, foram realizadas captações em novas linhas regulamentadas pelo Bacen, como o DPGE e a LFG.

## 2 Base de preparação

### a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), com as alterações da Lei nº 11.638/2007, nas normas e instruções do Banco Central do Brasil (Bacen), contidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), no que for aplicável.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo Bacen.

Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Bacen são:

- **Resolução nº 3.566/2008** - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1).
- **Resolução nº 3.604/2008** - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2).
- **Resolução nº 3.750/2009** - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1).
- **Resolução nº 3.823/2009** - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25).
- **Resolução nº 3.973/2011** - Evento Subsequente (CPC 24).
- **Resolução nº 3.989/2011** - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1).
- **Resolução nº 4.007/2011** - Políticas contábeis, mudança de estimativas e retificação do erro (CPC 23).
- **Resolução nº 4.144/2012** - Pronunciamento conceitual básico (CPC 00 R1).
- **Resolução nº 4.424/2015** - Benefícios a empregados (CPC 33 R1).
- **Resolução nº 4.534/2016** - Ativo intangível – (CPC 04 (R1)).
- **Resolução nº 4.535/2016** - Ativo imobilizado – (CPC 27).
- **Resolução nº 4.524/2016** – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (CPC 02 - R2).
- **Resolução nº 4.748/2019** – Mensuração do valor justo – (CPC 46).

Atualmente, não é possível estimar quando o Bacen irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco se a utilização destes será de forma prospectiva ou retrospectiva.

A partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.270/2019 e Circular Bacen nº 3.959/2019 foram incluídas nas demonstrações financeiras do Banco Semear. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridades com requerimentos de apresentação das normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações introduzidas foram:

### **Balanco Patrimonial**

Apresentação dos ativos e passivos exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade.

Adoção de nova nomenclatura e agrupamento de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros (incluindo a apresentação agrupada da carteira de crédito), passivos financeiros, ativos, provisões e créditos tributários. O crédito tributário até 31 de dezembro de 2019 era segregado entre circulante e não circulante, no entanto com a referida Resolução este passa a ser classificado apenas no não circulante independentemente da sua realização.

## **Demonstração do Resultado**

Abertura de despesas de provisões segregadas pela classes mas relevantes apresentado na lista “Resultado de provisão para perdas”;

Mudança da alocação das despesas com Provisão para perdas associadas ao risco de crédito”, que anteriormente era denominada de “ Provisão para crédito de liquidação duvidosa”, passando a ser representado logo após “ Resultado bruto da intermediação financeira”. A receita de recuperação de crédito anteriormente baixado como prejuízo passou a ser apresentada nessa linha;

Eliminação da nomenclatura de “ Resultado não operacional”, bem como receitas e despesas não operacionais. Itens com essas características passaram a ser denominados “Outras receitas” ou “Outras despesas”.

## **Demonstração do Resultado Abrangente**

Apresentação da Demonstração do Resultado abrangente para o exercício de 2020.

### **b. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **c. Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### **d. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material, no período findo em 31 de dezembro de 2020, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 8** - Critério de provisionamento: mensuração de perdas estimadas com operação de crédito.
- **Nota Explicativa nº 10** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- **Nota Explicativa nº 13** - Reconhecimento e mensuração de contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 22 de dezembro de 2021.

### **3 Principais critérios contábeis adotados**

#### **a. Apuração de resultado**

As receitas e despesas são apuradas pelo regime contábil de competência e são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem, e, quando se correlacionam, ocorre o reconhecimento de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

As operações com encargos financeiros pre-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

O resultado é ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidente sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e pela contribuição social diferidos, que serão recuperados ou exigidos em períodos seguintes.

#### **b. Caixa e equivalentes de caixa**

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da contratação.

#### **c. Provisão para perdas com operações de crédito**

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas a taxas pré e pós-fixadas. Encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações, e são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/1999, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

<b>Período de atraso</b>	<b>Classificação do cliente</b>
De 0 a 14 dias	A
de 15 a 30 dias	B
de 31 a 60 dias	C
de 61 a 90 dias	D
de 91 a 120 dias	E
de 121 a 150 dias	F
de 151 a 180 dias	G
superior a 180 dias	H

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, e somente serão apropriadas ao resultado quando efetivamente forem recebidas.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, admite-se a contagem em dobro dos períodos de atraso acima descritos.

#### **d. Aplicações interfinanceiras**

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

#### **e. Títulos e valores mobiliários**

A Circular Bacen nº 3.068/2001 determina a classificação dos títulos e dos valores mobiliários de acordo com a intenção de negociação pela Administração na categoria específica, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação** - Incluem os títulos e os valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado. Os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os títulos e os valores mobiliários classificados na categoria para negociação, bem como os instrumentos financeiros derivativos, se houver, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou em cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para os quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração (veja Nota Explicativa nº 7).

#### **f. Outros ativos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base *pro rata die*, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar.

#### **g. Outros valores e bens**

Composto, basicamente, por bens não de uso próprio e despesas antecipadas. Os bens não de uso próprio correspondem a imóveis disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação de pagamentos e registrados pelo valor contábil dos contratos de empréstimo ou recebíveis de crédito imobiliários (veja Nota Explicativa nº 11).

Os recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, são registrados no resultado de acordo com o princípio da competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e os montantes dos

benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e os direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos do Banco ou os benefícios futuros esperados não puderem ser realizados (veja Nota Explicativa nº 11).

#### **h. Imobilizado**

É demonstrado pelo custo, deduzida a depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação - 10%; e sistema de processamento de dados - 20%.

Conforme Resolução CMN nº 4.535/2016, o saldo do imobilizado está apresentado a valores recuperáveis. A par da exigência de realização de estudos periódicos, neste sentido, entende a Administração que não serão necessários ajustes aos valores apresentados.

#### **i. Intangível**

Correspondente aos direitos adquiridos cujo objeto se refere a bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução CMN nº 4.534/2016. Está composto por direitos na aquisição de *softwares*, amortizados pelo prazo pertinente.

#### **j. Depósitos e captações no mercado aberto**

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die* (veja Nota Explicativa nº 12).

#### **k. Ativos e passivos contingentes**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009 e de acordo com os critérios definidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 25) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- **Passivos contingentes:** decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, funcionários, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências são apuradas das seguintes formas:
- **Processos específicos:** são processos que possuem matéria e/ou valor relevante conforme avaliação de assessores jurídicos, sendo classificados como: (a) prováveis, para os quais são constituídas provisões; (b) possíveis, que somente são divulgados sem que sejam provisionados; e (c) remotos, que não requerem provisão nem divulgação. A apuração das classificações (prováveis, possíveis e remotos) é feita com base nas provas produzidas nos autos, subsídios fáticos levantados, jurisprudências e histórico de decisões em demandas semelhantes e decisões proferidas na própria demanda judicial.
- **Processos massificados:** assim entendidos os processos volumosos, que possuem objeto e causa de pedir semelhante, em geral, são processos que envolvem relação de consumo, com matéria mais simples e valores menores. A contingência é apurada com base no modelo estatístico, ou seja, apura-se o comportamento da carteira de processos nos últimos 12 (doze) meses, e reflete-se o resultado na carteira atual. Assim, são considerados os processos que nos últimos 12 (doze) meses foram baixados e os que permaneceram ativos, dentre os baixados

quais foram com e quais sem pagamento. Os resultados obtidos são refletidos na carteira atual para então obter-se o valor do contingenciamento.

- **Processos trabalhistas:** são processos ajuizados contra o Banco por ex- funcionários do próprio Banco, bem como por ex-funcionários de empresas terceiras prestadoras de serviços. São considerados para fins de contingenciamento apenas os processos com risco provável, sendo desconsiderados os processos com risco possível ou remoto. Assim que recebidos, os processos são registrados com o risco possível, sendo certo que, à medida que vão sendo proferidas as decisões, o risco é alterado para remoto, caso as decisões sejam favoráveis, ou provável, caso as decisões sejam desfavoráveis. Proferidas as decisões, a assessoria contábil faz a liquidação dos valores para devido provisionamento, nos casos de risco provável.
- **Obrigações legais:** a provisão para riscos fiscais decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras (veja Nota Explicativa nº 13).

#### **l. Provisões para imposto de renda e contribuição social**

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%.

Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/2015, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

A Emenda Constitucional nº 103 de 2019, com vigência a partir de 1º de março de 2020, majorou a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) para bancos em 5% (cinco por cento).

A referida majoração acarretou ajuste para os saldos de ativos e passivos diferidos oriundos de CSLL a ser constituídos sob as novas regras.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são revisados a cada data de balanço e constituídos sobre adições e exclusões temporárias e com base na legislação vigente à data de sua constituição. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da efetiva utilização e/ou reversão dos valores sobre os quais foram constituídos.

#### **m. Provisões de férias e décimo terceiro salário**

As provisões de férias, acrescidas do adicional de 1/3 (um terço), e do décimo terceiro salário, bem como os respectivos encargos, são contabilizados segundo o regime de competência.

#### **n. Outros passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos, em base *pro rata die*, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

#### **o. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)**

Os títulos e os valores mobiliários classificados nas categorias de títulos para negociação e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável apurado pelo: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior.

**p. Resultados Recorrentes/Não recorrentes**

A Administração entende que toda transação que gere receitas e despesas oriundas de suas atividades operacionais e não operacionais e que são recorrentes no seu dia a dia, bem como, as despesas essenciais para o funcionamento da organização são resultados recorrentes. Resultados não recorrentes, no entendimento da Administração, são aqueles atípicos, que fazendo ou não fazendo parte da operação não são comuns nas atividades da organização.

<b>Resultado do Banco Semear</b>		
<b>2020</b>		
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Resultado Recorrente</b>	<b>15.728</b>	<b>11.029</b>
Ganhos (perdas) com recuperação de crédito imobiliário	994	
Ganhos (perdas) com marcação a mercado de títulos e valores mobiliários	(996)	
Ganhos (perdas) com transformação do produto CDC-e de determinado lojista em CDC	(2.832)	
Ganhos (perdas) com apuração de Comissões CDC-E (desenvolvimento do sistema)	(1.380)	2.691
<b>Resultado não Recorrente</b>	<b>11.513</b>	<b>13.720</b>

**q. Eventos subsequentes**

Evento subsequente ao período a que se referem às demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que originam ajustes).
- Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que não originam ajustes).

**4 Reapresentação das Demonstrações Financeiras - valores correspondentes**

Os usuários das demonstrações financeiras devem ter a possibilidade de comparar as demonstrações contábeis da entidade ao longo do tempo para identificar tendências na sua posição patrimonial e financeira, no seu desempenho e nos seus fluxos de caixa.

Por isso, com o intuito de demonstrar informação confiável e mais relevante e completa nas demonstrações financeiras, a Administração revisou o processo de registro das obrigações e despesas de comissão de equalização do produto CDC-E, objetivando a criação de controles e registros contábeis mais acurados e sistêmicos. Os efeitos apurados, principalmente relacionados ao registro de passivos adicionais, bem como seus efeitos tributários diferidos, foram estimados e apresentados retrospectivamente, de acordo com os requerimentos da Resolução nº 4.007/2011 - Políticas contábeis, mudança de estimativas e retificação do erro (CPC 23).

Os quadros comparativos encontram-se abaixo discriminados.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

**1º de Janeiro de 2019**  
(Em milhares de Reais)

	<u>Anterior</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Atual</u>
Créditos tributários	70.237	8.154	78.391
Demais ativos	1.026.281		1.026.281
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.096.518</b>	<b>8.154</b>	<b>1.104.672</b>
Credores diversos	16.392	20.384	36.776
Demais passivos	962.567		962.567
Patrimônio líquido	117.559	(12.230)	105.329
<b>Total do Passivo + Patrimônio Líquido</b>	<b>1.096.518</b>	<b>8.154</b>	<b>1.104.672</b>

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

**31 de Dezembro de 2019**  
(Em milhares de Reais)

	<u>Anterior</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Atual</u>
Créditos tributários	83.630	7.805	91.435
Demais ativos	763.732		763.732
<b>Total do Ativo</b>	<b>847.362</b>	<b>7.805</b>	<b>855.167</b>
Credores diversos	17.501	17.345	34.846
Demais passivos	707.973		707.973
Patrimônio líquido	121.888	(9.539)	112.349
<b>Total do Passivo + Patrimônio Líquido</b>	<b>847.362</b>	<b>7.806</b>	<b>855.168</b>

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO**

**Exercício findo em 31 de Dezembro de 2019**  
(Em milhares de Reais)

	<u>Anterior</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Atual</u>
<b>Receitas de intermediação financeira</b>	<b>154.816</b>	<b>3.039</b>	<b>157.855</b>
Outras receitas de intermediação financeira	269.417		269.417
Desp. com Comissões de Oper. Crédito	(114.601)	3.039	(111.562)
<b>Outros Resultados</b>	<b>(155.581)</b>		<b>(155.581)</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e as participações</b>	<b>(765)</b>	<b>3.039</b>	<b>2.274</b>
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	11.794	(348)	11.446
<b>Resultado do exercício</b>	<b>11.029</b>	<b>2.691</b>	<b>13.720</b>

**Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto**

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>Anterior</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Atual</u>
<b>Resultado do período</b>	<b>11.029</b>	<b>2.691</b>	<b>13.720</b>
Ajustes dos resultados dos períodos com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Provisão para pagamentos a efetuar	24.112	(2.691)	21.421
Outros	(895)	(2.691)	(3.586)
Outros	25.007		25.007
<b>Resultados dos períodos ajustados</b>	<b>35.141</b>		<b>35.141</b>
<b>Fluxo de caixa proveniente de (utilizado nas) das atividades operacionais</b>	<b>(248.933)</b>		<b>(248.933)</b>
<b>Fluxo de caixa proveniente de (utilizado nas) atividades de investimento</b>	<b>(5.531)</b>		<b>(5.531)</b>
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>(6.700)</b>		<b>(6.700)</b>
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes</b>	<b>(226.023)</b>		<b>(226.023)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início dos períodos	302.796		302.796
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos períodos	76.773		76.773
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes</b>	<b>(226.023)</b>		<b>(226.023)</b>

## 5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Disponibilidades	6.811	1.779
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*) - Nota 6	63.495	74.994
<b>Total</b>	<b><u>70.306</u></b>	<b><u>76.773</u></b>

(\*) Referem-se a operações cujos vencimentos, na data da efetiva aplicação, forem iguais ou inferiores a 90 dias, sem expectativa de mudança de valor e resgatáveis a qualquer momento.

## 6 Aplicações interfinanceiras de liquidez

O saldo das aplicações interfinanceiras de liquidez está composto por:

### a. Composição

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<b>Posição bancada</b>	<b>63.495</b>	<b>74.994</b>
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	34.995	49.994
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	28.500	25.000
<b>Aplicações em Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>-</b>	<b>310</b>
Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	-	310
<b>Total</b>	<b><u>63.495</u></b>	<b><u>75.304</u></b>
Circulante	63.495	75.304

**b. Classificação por tipo de título e vencimentos**

Títulos	2020				2019	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total	Total
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	14.993	20.002	-	34.995	49.994
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	28.500	-	-	28.500	25.000
Certificados de Depósitos Bancários	-	-	-	-	-	310
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>43.493</b>	<b>20.002</b>	<b>-</b>	<b>63.495</b>	<b>75.304</b>

**c. Os resultados com aplicações interfinanceiras de liquidez**

	2º Sem / 2020	2020	2019
Posição bancada	1.003	2.660	8.680
Depósitos Interfinanceiros	2	15	46
<b>Total</b>	<b>1.005</b>	<b>2.675</b>	<b>8.726</b>

**7 Títulos e valores mobiliários**

São representados por Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), conforme quadro abaixo:

**a. Composição**

	2020	2019
<b>Carteira própria - Livres</b>	<b>119.547</b>	<b>134.654</b>
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	119.547	134.654
<b>Vinculados à prestação de garantias</b>	<b>1.081</b>	<b>63</b>
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1.081	63
<b>Total</b>	<b>120.628</b>	<b>134.717</b>
Circulante	120.628	134.717

**b. Classificação por tipo de títulos e vencimentos**

Títulos para negociação (1)	2020				
	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Valor mercado / Contábil	Custo de aquisição atualizado
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	27.507	33.496	59.624	120.628	121.624
<b>Total</b>	<b>27.507</b>	<b>33.496</b>	<b>59.624</b>	<b>120.628</b>	<b>121.624</b>

Títulos para negociação (1)	2019				
	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Valor mercado / Contábil	Custo de aquisição atualizado
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	89.831	34.111	10.775	134.717	134.687
<b>Total</b>	<b>89.831</b>	<b>34.111</b>	<b>10.775</b>	<b>134.717</b>	<b>134.687</b>

Para fins de publicação, os títulos denominados na categoria para negociação são apresentados no ativo circulante, conforme § único do art. 7 da Circular Bacen nº 3.068/2001.

**c. Resultado com títulos e valores mobiliários**

	2º Sem / 2020	2020	2019
Resultado de títulos de renda fixa	217	2.384	7.553
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	91	91	0
<b>Total</b>	<b>308</b>	<b>2.475</b>	<b>7.553</b>

## 8 Operações de crédito

As operações de crédito concentram-se em pessoas físicas, bem como em pequenas e médias empresas, e, de acordo com as normas da Resolução CMN nº 2.682/1999, encontram-se classificadas conforme demonstradas a seguir:

### a. Classificação da carteira, por tipo de produto

Produtos	2020		2019	
	Carteira	% da Carteira	Carteira	% da Carteira
Capital de Giro	149.918	26,6%	153.825	30,7%
Adiant. A Depositantes	39		9	
Conta Garantida	1.005	0,2%	4.536	0,9%
Crédito Pessoal	45.113	8,1%	73.643	14,7%
Crédito Direto ao Consumidor	286.751	51,2%	203.140	40,7%
<b>Total de operações de Crédito</b>	<b>482.826</b>		<b>435.153</b>	
Circulante	449.335		413.077	
Não Circulante	33.491		22.076	
Créditos por avais e fianças honrados	1.639	0,3%	-	
Devedores Por Compra de Valores e Bens	20.531	3,7%	12.017	2,4%
Aquisição de Crédito - Recebíveis de Financiamento Imobiliário	30.824	5,5%	45.758	9,2%
Aquisição de Crédito - Recebíveis Outros	24.431	4,4%	6.756	1,4%
<b>Total de Operações de Crédito e Outros Créditos com Carac. de Concessão de Crédito. (Nota 8)</b>	<b>77.425</b>		<b>64.531</b>	
Circulante	32.996		14.718	
Não Circulante	44.429		49.813	
<b>Total de Operações de Crédito e Outros Créditos</b>	<b>560.251</b>	100,0%	<b>499.684</b>	100,0%
Circulante	482.331		427.795	
Não Circulante	77.920		71.889	
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<b>(49.445)</b>		<b>(27.846)</b>	
Circulante	(45.208)		(26.537)	
Não Circulante	(4.237)		(1.309)	
(-) Provisão para perda com outros créditos com característica de concessão de crédito ( Nota 8)	<b>(5.826)</b>		<b>(10.099)</b>	
Circulante	(1.245)		(1.690)	
Não Circulante	(4.581)		(8.409)	
<b>Total de provisões de créditos e outros créditos</b>	<b>(55.271)</b>		<b>(37.945)</b>	
Circulante	(46.453)		(28.227)	
Não Circulante	(8.818)		(9.718)	
<b>Total líquido das operações de créditos e outros créditos</b>	<b>504.980</b>		<b>461.739</b>	
Circulante	435.878		399.568	
Não Circulante	69.102		62.171	

**b. Classificação da carteira por risco de crédito**

Níveis de Risco	% do Risco	2020		2019	
		Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
AA		11.092	-	14.242	-
A	0,5%	378.274	(1.891)	314.207	(1.607)
B	1,0%	61.468	(615)	69.922	(713)
C	3,0%	30.056	(902)	44.936	(1.887)
D	10,0%	20.997	(2.100)	13.900	(1.996)
E	30,0%	7.203	(2.161)	9.332	(2.985)
F	50,0%	4.535	(2.267)	3.432	(3.575)
G	70,0%	4.302	(3.011)	4.305	(3.944)
H	100,0%	42.324	(42.324)	25.406	(23.315)
<b>Totais</b>		<b>560.251</b>	<b>(55.271)</b>	<b>499.684</b>	<b>(37.945)</b>
Circulante		482.331	(46.453)	427.795	(28.227)
Não Circulante		77.920	(8.818)	71.889	(9.718)
<b>Total</b>		<b>560.251</b>	<b>(55.271)</b>	<b>499.684</b>	<b>(37.945)</b>

**c. Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa**

	2º Sem / 2020	2020	2019
<b>Saldo no início do período</b>	<b>46.678</b>	<b>37.945</b>	<b>36.827</b>
Constituição - operação de créditos	76.864	141.041	43.908
Reversão - operação de créditos	(46.678)	(84.623)	(8.213)
Créditos de liquidação duvidosa baixados para prejuízo	(21.593)	(39.092)	(34.577)
<b>Saldo no final</b>	<b>55.271</b>	<b>55.271</b>	<b>37.945</b>

**d. Despesas de provisão para crédito de liquidação duvidosa líquida de recuperação**

	2º Sem / 2020	2020	2019
Provisão Constituída	76.864	141.041	43.908
Reversão Constituída	(46.678)	(84.623)	(8.213)
<b>Total</b>	<b>30.186</b>	<b>56.418</b>	<b>35.695</b>

**e. Carteira por atividade econômica**

Atividade econômica	2020		2019	
	Carteira	% da Carteira	Carteira	% da Carteira
Intermediários financeiros				
Indústria	44.279	7,9%	10.876	2,2%
Comércio	23.595	4,2%	49.005	9,8%
Serviços	112.548	20,1%	107.185	21,5%
Pessoa física	379.829	67,8%	332.618	66,5%
<b>Totais</b>	<b>560.251</b>	<b>100,0%</b>	<b>499.684</b>	<b>100,0%</b>

**f. Carteira por faixa de vencimento**

Prazos de vencimento	2020		2019	
	Carteira	% da Carteira	Carteira	% da Carteira
Vencidas	50.304	8,9%	35.624	7,1%
A vencer até 30 dias	77.331	13,8%	73.850	14,8%
A vencer de 31 a 60 dias	74.524	13,3%	71.356	14,3%
A vencer de 61 a 90 dias	53.538	9,6%	52.171	10,4%
A vencer de 91 a 180 dias	123.090	22,0%	112.473	22,5%
A vencer de 181 a 360 dias	103.544	18,5%	82.321	16,5%
A vencer após 360 dias	77.920	13,9%	71.889	14,4%
<b>Totais</b>	<b>560.251</b>	<b>100,0%</b>	<b>499.684</b>	<b>100,0%</b>

**g. Resultado com operações de crédito**

**(i) Operações de créditos**

	2º Sem / 2020	2020	2019
Rendas de empréstimos	22.314	61.703	91.793
Rendas de financiamentos	76.430	136.566	140.660
Rendas de financiamentos habitacionais	0	0	81
Rendas financ. deved. por compra de vrs. e bens	1.314	2.152	1.265
Recuperação de créditos	16.729	20.672	4.139
<b>Renda bruta de operações crédito</b>	<b>116.787</b>	<b>221.093</b>	<b>237.937</b>
(-) Comissões sobre operações de crédito	(42.598)	(76.285)	(111.563)
<b>Total</b>	<b>74.189</b>	<b>144.808</b>	<b>126.374</b>

(ii) *Outros créditos com característica de concessão de crédito*

	2º Sem / 2020	2020	2019
Rendas de aq. crédito - Recebíveis de Financ. Imobiliário	4.615	7.504	7.116
Rendas de aq. crédito - Recebíveis Outros	567	1.367	1.493
Rendas de fiança honrada	206	290	0
Prejuízo na cessão de crédito - Recebíveis Outros	0	0	(24)
Recuperação de créditos	8.234	9.849	6.596
Outros	0	0	0
<b>Total</b>	<b>13.622</b>	<b>19.010</b>	<b>15.181</b>

**h. Outras informações de operações de crédito**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, houve operações de créditos renegociadas no montante de R\$85.599 (R\$28.453 em 2019), com saldo de provisão de R\$6.439 (R\$1.229 em 2019) e saldos recuperados de R\$20.672 (R\$10.735 em 2019).

As garantias das operações de créditos com pessoas jurídicas são representadas por Cédulas de Crédito Bancário (CCBs), caução de títulos, alienação fiduciária e penhor mercantil, ao passo que m pessoas físicas se restringem, basicamente, a garantias fidejussórias.

**9 Outros ativos financeiros**

O saldo de outros ativos financeiros está composto por:

	2020	2019
Devedores por depósito em garantia (a)	18.724	18.257
Impostos e contribuições a compensar (b)	12.850	5.878
Devedores diversos - País (c)	3.536	4.235
Provisão para perdas em outros créditos - Sem característica de concessão de crédito	(3.075)	(3.086)
Rendas a receber	944	1.276
Diversos	273	236
<b>Total</b>	<b>33.252</b>	<b>26.796</b>
Circulante	14.170	7.527
Não circulante	19.082	19.269

- a) Devedores por depósitos em garantias estão composto por: i) Recursos fiscais R\$15.401 (R\$15.126 em 2019); ii) Depósitos ações cíveis R\$1.107 (R\$1.714 em 2019); iii) Recursos trabalhista R\$1.407 (R\$1.416 em 2019); iv) Outros depósitos judiciais R\$809 (R\$1 em 2019).
- b) Impostos e contribuições a compensar: conta constituída, basicamente, por antecipações de IRPJ e CSLL do período, nos montantes de R\$ 5.135 e R\$ 2.982 (R\$ 2.042 e R\$ 1.244 em 2019) , impostos e contribuições exercícios anteriores R\$ 2.202 e 1.846 (R\$ 2.539 em 2019)e outros impostos e contribuições a compensar no montante de R\$ 685 (R\$ 53 em 2019).
- c) A composição da rubrica “Devedores diversos - País” pode ser sumariada da seguinte forma: i) Baixas em operações de crédito a processar R\$2.254 (R\$2.971 em 2019); ii) Baixas em operações

de crédito - Confissão de Dívida R\$967 (R\$967 em 2019); iii) Contingências Judiciais Reembolsáveis R\$61 (R\$108 em 2019); iv) Liquidação operação de câmbio a receber R\$78 (R\$0 em 2019), v) Baixa oper.recebíveis créd.imob.em processo formalização R\$173 (R\$174 em 2019); vi) Diferença de compensação R\$3 (R\$15 em 2019).

## 10 Créditos tributários

A Administração reconheceu créditos tributários diferidos em razão de diferenças temporárias lançadas nas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, e sobre os saldos acumulados de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL.

Os créditos tributários podendo ser demonstrados sinteticamente na seguinte forma:

	2020		2019		
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	
<b>Base Negativa e Prejuízo Fiscal</b>		6.538	4.294	512	12.849
Alíquota	25%	20%	25%	15%	20%
<b>Crédito tributário diferido atual (a)</b>	<b>0</b>	<b>1.308</b>	<b>1.074</b>	<b>77</b>	<b>2.570</b>
<b>Diferenças temporárias:</b>					
Base de cálculo	206.236	206.236	195.497	5.173	190.324
Alíquota	25%	20%	25%	15%	20%
<b>Crédito tributário diferido atual (c)</b>	<b>51.559</b>	<b>41.247</b>	<b>48.874</b>	<b>776</b>	<b>38.065</b>
<b>Total (a + c)</b>	<b>51.559</b>	<b>42.555</b>			
Circulante	0	0	12.263	9.518	
Não Circulante	51.559	42.555	37.685	31.969	
<b>Total</b>	<b>51.559</b>	<b>42.555</b>	<b>49.948</b>	<b>41.487</b>	
<b>Movimentação do crédito tributário</b>					
<b>Saldo inicial</b>	<b>45.611</b>	<b>38.018</b>	<b>47.384</b>	<b>30.658</b>	
Constituição de diferenças temporárias	20.247	16.198	27.127	17.144	
Const.de dif. temporárias- mudança de alíquota	0	(2.386)	0	8.649	
Realização de diferenças temporárias	(13.226)	(7.936)	(24.159)	(15.363)	
<b>Variação no Período</b>	<b>7.021</b>	<b>5.876</b>	<b>2.968</b>	<b>10.430</b>	
Constituição de prejuízo fiscal e base negativa	43	1.054	527	315	
Const.de base negativa- mudança de alíquota	0	0		642	
Realização de prejuízo fiscal e base negativa	(1.116)	(2.393)	(931)	(558)	
<b>Variação no Período</b>	<b>(1.073)</b>	<b>(1.339)</b>	<b>(404)</b>	<b>399</b>	
<b>Saldo Final Movimentado</b>	<b>51.559</b>	<b>42.555</b>	<b>49.948</b>	<b>41.487</b>	
<b>Saldo Final Contábil</b>	<b>51.559</b>	<b>42.555</b>	<b>49.948</b>	<b>41.487</b>	

A expectativa de realização dos créditos tributários constituídos está em conformidade com as exigências da legislação e os normativos aplicáveis, sendo fundamentada em Estudo Técnico de Avaliação e Reconhecimento de Créditos Tributários elaborado pelo Banco e amparado por Estudo de Viabilidade Econômico-financeira, preparado para os próximos 5 (cinco) anos, como parte do programa de readequação operacional do Banco, periodicamente revisto pela Administração.

Abaixo, demonstramos a realização do crédito tributário para os próximos anos:

Realização do crédito tributário	31/12/2020		31/12/2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
1º Ano	16.682	13.494	12.263	9.518
2º Ano	6.901	5.763	5.983	4.728
3º Ano	4.319	3.671	7.488	6.155
4º Ano	4.789	4.206	7.976	7.452
5º Ano	4.621	3.696	9.615	7.692
Acima de 5 anos	14.247	11.725	6.623	5.942
<b>Totais</b>	<b>51.559</b>	<b>42.555</b>	<b>49.948</b>	<b>41.487</b>

O valor presente dos créditos tributários foi calculado com base na taxa média de Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDIs) projetada para os períodos demonstrados acima, a uma taxa de 7,04 % a.a. e está descontado de R\$12.348, apurando-se, assim, o montante a ser realizado de R\$81.766 (R\$68.954 em 2019), conforme demonstrado abaixo:

Realização do crédito tributário	31/12/2020		31/12/2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
1º Ano	16.328	13.208	7.602	5.801
2º Ano	6.463	5.398	5.426	4.288
3º Ano	3.817	3.244	6.380	5.245
4º Ano	3.992	3.506	6.381	5.962
5º Ano	3.634	2.907	7.223	5.778
Acima de 5 anos	10.570	8.699	4.675	4.193
<b>Totais</b>	<b>44.804</b>	<b>36.962</b>	<b>37.687</b>	<b>31.267</b>

## 11 Outros ativos

O saldo de outros ativos encontra-se representado por:

	2020	2019
<b>Outros valores e bens</b>	<b>55.154</b>	<b>52.938</b>
<b>Material em estoque</b>	<b>71</b>	<b>74</b>
<b>Bens não de uso próprio</b>	<b>55.083</b>	<b>52.864</b>
Bens não de uso próprio (a)	56.432	54.102
Prov. para desval. de outros valores e bens	(1.349)	(1.238)
<b>Despesas antecipadas</b>	<b>3.429</b>	<b>4.443</b>
Serviços de terceiros	1.187	456
Comissões pela captação de títulos	207	25
Deságio por intermediação de CDB	2.035	3.962
<b>Total</b>	<b>58.583</b>	<b>57.381</b>
Circulante	57.246	54.344
Não circulante	1.337	3.037

- (a) Referem-se a bens recebidos em garantia de empréstimos, relativos a carteiras de empresas e imobiliários. Os valores apresentados estão suportados por laudos de avaliação elaborados por peritos independentes e, caso necessário, ajustados ao valor de mercado. A Administração acredita que irá realizar esses bens sem perdas significativas.

## 12 Depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos

	2020				2019
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos à vista	19.074				19.074
Depósitos a prazo (i)	0	28.254	197.319	392.498	618.071
<b>Total</b>	<b>19.074</b>	<b>28.254</b>	<b>197.319</b>	<b>392.498</b>	<b>637.145</b>
Circulante					244.647
Não circulante					392.498

- (i) Em 2020, os dois maiores clientes representam 63,36% e 15,05% do total de depósitos a prazo, todavia os referidos clientes são instituições que intermediam aplicações de recursos, ou seja, aplicam no Banco para seus clientes, que substancialmente estão concentrados em pessoas físicas.

### a. Depósitos

Os vencimentos dos depósitos a prazo e interfinanceiros concentram-se em 92% da carteira por vencimentos acima de 360 dias (64% em 2019), cujo fluxo é compatível com os vencimentos das operações ativas, conforme classificação acima.

### b. Recursos de aceites e emissão de títulos

	2020			2019	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Letras de crédito imobiliário	3.375	4.105	0	7.480	12.302
Letras financeiras garantidas	0	38.862	0	38.862	0
<b>Total</b>	<b>3.375</b>	<b>42.967</b>	<b>0</b>	<b>46.342</b>	<b>12.302</b>
Circulante				46.342	12.302
Não circulante				0	0

### c. Despesas com operações de captações no mercado

	2º Sem / 2020	2020	2019
Despesas de depósitos a prazo	(8.761)	(22.638)	(50.829)
Despesas de comissão pela captação	(1.611)	(3.334)	(4.579)
Despesas de operações compromissadas	(2)	(3)	(7)
Despesas de letras de créditos imobiliários	(69)	(248)	(604)
Despesas de letras de financeiras garantidas	(362)	(362)	0
Despesas de contribuição ao FGC	(493)	(935)	(895)
<b>Despesas de captação</b>	<b>(11.298)</b>	<b>(27.520)</b>	<b>(56.914)</b>

### 13 Outros passivos financeiros

O saldo do grupamento de outras passivos financeiros está composto por:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Cobrança e arrecadação de tributos	9	319
Sociais e estatutárias	0	4.420
Contribuições fiscais e previdenciárias (a)	10.779	4.392
Cheque administrativo	13	171
Provisão despesas administrativas (b)	24.825	22.010
Provisão para garantias prestadas (c)	107	428
Receitas antecipadas	1.089	2.244
Credores diversos - País (d)	15.162	12.237
<b>Total</b>	<b><u>51.984</u></b>	<b><u>46.221</u></b>
Circulante	47.675	44.920
Não circulante	<u>4.309</u>	<u>1.301</u>

- a) A rubrica “Contribuições fiscais e previdenciárias” pode ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte: i) Impostos e contribuições sobre lucros-base correntes R\$8.239 (R\$1.596 em 2019); ii) Impostos e contribuições a recolher R\$2.486 (R\$2.718 em 2019); iii) Provisão para impostos e contribuições diferidos R\$54 (R\$78 em 2019).
- b) Provisões de despesas administrativas i) Provisões para despesas de pessoal R\$2.561 (R\$3.622 em 2019); Provisão para prestadores de serviços R\$3.770 (R\$1.044 em 2019) e R\$19.854 Comissão-Equalização produto CDC-E (R\$7.345 em 2019);
- c) O Banco avaliou a carteira de garantias financeiras e avais prestadas, que no período monta R\$6.472 (R\$7.706 em 2019), e constituiu a provisão para perdas no montante de R\$107 (R\$428 em 2019), conforme mencionado na Resolução nº 2.512 de 28 de julho de 2016.
- d) A composição de credores diversos - país está sumarizada da seguinte forma i) recebimentos de créditos cedidos a repassar R\$255 (R\$367 em 2019); ii) contribuição para o FGC R\$173 (R\$135 em 2019); iii) contratos de operações de créditos a liberar R\$554 (R\$107 em 2019); iv) serviços de correspondente R\$8.675 (R\$8.372 em 2019); v) Fornecedores diversos R\$613 (R\$ 619 em 2019); vi) créditos a baixar de operações de crédito R\$1.201 (R\$550 em 2019); vii) cartões de crédito a repassar R\$45 (R\$38 em 2019); viii) créditos antecipados da carteira de recebíveis imobiliário R\$547 (R\$613 em 2019) ix) Acordos operacionais R\$2.514 (R\$1.411 em 2019) x) cobrança a liquidar 515 (R\$0 em 2019); ix) outros credores diversos R\$70 (R\$24 em 2019)

### 14 Provisões

As provisões para contingências estão divididas entre provisões para riscos cíveis, trabalhistas, provisões fiscais e previdenciárias, conforme demonstradas no quadro abaixo:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Provisão para riscos trabalhistas (a)	4.592	4.151
Provisão para riscos cíveis (a)	3.102	3.377
Provisão fiscais e previdenciárias (b)	20.784	20.409
<b>Total</b>	<b><u>28.478</u></b>	<b><u>27.937</u></b>

**a) Provisões para riscos trabalhistas e cíveis**

Compõem a rubrica “Provisão para passivos contingentes” o provisionamento para contingências judiciais, trabalhistas e cíveis, em que o Banco entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

Ainda, a título de informação, no período, as contingências avaliadas, de naturezas trabalhista e cível, como perda possível, para as quais não há provisão, totalizam R\$4.592 (R\$4.151 em 2019).

**Passivos contingentes fiscais, trabalhistas e cíveis classificados como risco de perda possível**

São processos judiciais e administrativos de naturezas fiscal, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo provisionados.

As movimentações das provisões para contingências cíveis e trabalhistas estão assim demonstradas:

	Depósitos Judiciais			Provisão para Contingências		
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Trabalhistas	Cíveis	Total
<b>Em 30/06/2020</b>	<b>1.450</b>	<b>1.109</b>	<b>2.559</b>	<b>4.609</b>	<b>3.485</b>	<b>8.094</b>
Adições	18	33	51	401	543	944
Baixas	(61)	(35)	(96)	(418)	(926)	(1.344)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>1.407</b>	<b>1.107</b>	<b>2.514</b>	<b>4.592</b>	<b>3.102</b>	<b>7.694</b>

	Depósitos Judiciais			Provisão para Contingências		
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Trabalhistas	Cíveis	Total
<b>Em 31/12/2019</b>	<b>1.416</b>	<b>1.088</b>	<b>2.504</b>	<b>4.151</b>	<b>3.377</b>	<b>7.528</b>
Adições	52	55	107	859	925	1.784
Baixas	(61)	(36)	(97)	(418)	(1.200)	(1.618)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>1.407</b>	<b>1.107</b>	<b>2.514</b>	<b>4.592</b>	<b>3.102</b>	<b>7.694</b>

	Depósitos Judiciais			Provisão para Contingências		
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Trabalhistas	Cíveis	Total
<b>Em 31/12/2018</b>	<b>903</b>	<b>1.014</b>	<b>1.917</b>	<b>4.019</b>	<b>2.213</b>	<b>6.232</b>
Adições	651	117	768	607	2.210	2.817
Baixas	(138)	(43)	(181)	(475)	(1.046)	(1.521)
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>1.416</b>	<b>1.088</b>	<b>2.504</b>	<b>4.151</b>	<b>3.377</b>	<b>7.528</b>

**b) Provisões fiscais e previdenciárias**

	2020	2019
Provisão para PIS (i)	14.773	14.508
Provisão para INSS (ii)	3.145	3.082
Provisão para imposto de renda (iii)	1.298	1.276
Provisão para contribuição social (iii)	1.568	1.543
	<b>20.784</b>	<b>20.409</b>

- (i) O provisionamento está representado, substancialmente, pela contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), nos moldes da Lei nº 9.718/1998, objeto do Mandado de Segurança - Processo nº 2006.38.00.012373-8, pleiteando o reconhecimento quanto à inconstitucionalidade e à ilegalidade do alargamento da base de cálculo do PIS, integralmente depositado judicialmente, cujo montante atualizado, no período, equivale a R\$14.773 (R\$14.508 em 2019), conforme demonstrado pela Nota Explicativa nº 9 - Outros ativos financeiros.
- (ii) Trata-se do Processo de Impugnação do Auto de Infração nº 15504.723181/2015-37, lavrado em decorrência de suposta ausência de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas pelo Banco, inclusive aquelas destinadas ao financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa (GILRAT), bem como aquelas devidas a terceiros.
- (iii) Parte do posicionamento no total de R\$1.172 (IRPJ) e R\$1.079 (CSLL) trata-se do Processo de Impugnação dos Autos de Infração nº 15504.726886/2012-63 (MPF nº 0610100.2010.02054) em decorrência de a Receita Federal não ter admitido a dedutibilidade das despesas com pagamentos realizados a um correspondente (empresa ligada). Os restantes dos valores de R\$126 (IRPJ) e R\$489 (CSLL) referem-se ao processo: 1997.38.0001129219 - IRPJ exercício/97 ano-base/96 - Majoração de alíquota.

As movimentações das provisões para as contingências fiscais estão assim demonstradas:

	Depósitos Judiciais				Provisão para Riscos Fiscais				
	IRPJ	CSLL	PIS	Total	IRPJ	CSLL	PIS	INSS	Total
<b>Em 30/06/2020</b>	<b>125</b>	<b>486</b>	<b>14.694</b>	<b>15.401</b>	<b>1.290</b>	<b>1.559</b>	<b>14.680</b>	<b>3.123</b>	<b>20.652</b>
Adições	1	2	93	96	8	9	93	22	132
Baixas	-	-	-	0	-	-	-	-	0
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>126</b>	<b>488</b>	<b>14.787</b>	<b>15.497</b>	<b>1.298</b>	<b>1.568</b>	<b>14.773</b>	<b>3.145</b>	<b>20.784</b>

	Depósitos Judiciais				Provisão para Riscos Fiscais				
	IRPJ	CSLL	PIS	Total	IRPJ	CSLL	PIS	INSS	Total
<b>Em 31/12/2019</b>	<b>124</b>	<b>481</b>	<b>14.522</b>	<b>15.127</b>	<b>1.276</b>	<b>1.543</b>	<b>14.508</b>	<b>3.082</b>	<b>20.409</b>
Adições	2	7	265	274	22	25	265	63	375
Baixas	-	-	-	0	-	-	-	-	0
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>126</b>	<b>488</b>	<b>14.787</b>	<b>15.401</b>	<b>1.298</b>	<b>1.568</b>	<b>14.773</b>	<b>3.145</b>	<b>20.784</b>

	Depósitos Judiciais				Provisão para Riscos Fiscais				
	IRPJ	CSLL	PIS	Total	IRPJ	CSLL	PIS	INSS	Total
<b>Em 31/12/2018</b>	<b>120</b>	<b>466</b>	<b>13.986</b>	<b>14.572</b>	<b>1.232</b>	<b>1.490</b>	<b>13.969</b>	<b>2.956</b>	<b>19.647</b>
Adições	4	15	536	555	44	53	539	126	762
Baixas	-	-	-	0	-	-	-	-	0
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>124</b>	<b>481</b>	<b>14.522</b>	<b>15.127</b>	<b>1.276</b>	<b>1.543</b>	<b>14.508</b>	<b>3.082</b>	<b>20.409</b>

## 15 Patrimônio líquido

### a. Capital social

O capital social é de R\$106.712 (R\$104.119 em 2019), representado por 66.003 mil ações ordinárias nominativas e 66.003 mil ações preferenciais nominativas, sem valor nominal.

Em 22 de março de 2021, através de deliberação de Assembleia Geral de Acionistas, foi aprovado um

aumento do capital social de R\$2.592, representado por 1.296 mil ações ordinárias nominais e 1.296 mil ações preferenciais nominativas e sem valor nominal do capital social, cujo processo de homologação encontra-se pendente de aprovado pelo Banco Central do Brasil.

Em 19 de agosto de 2015, a família Azevedo, controladora do Banco, adquiriu dos acionistas preferencialistas todas as ações PN, passando a ser detentora de 100% do capital social da Instituição

#### **b. Reserva legal**

A reserva de lucros é representada pela reserva legal, que é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social.

Por proposta da Administração, foram destinados R\$526 (R\$551 em 2019) para reserva legal.

#### **c. Dividendos e juros sobre capital próprio**

Conforme disposição estatutária, 10% do lucro líquido, ajustados pela diminuição ou pelos acréscimos dos valores especificados nos itens I, II e III do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/1976, serão destinados ao pagamento mínimo obrigatório aos acionistas, mediante proposta do Conselho de Administração, ouvido o Conselho Fiscal, se instalado, e será compensado por dividendos intermediários e/ou juros sobre o capital próprio que já tenham sido declarados.

As destinações do resultado dos períodos estão apresentadas a seguir:

	<u>2ºsem/20</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<b>Lucro líquido</b>	<b>6.995</b>	<b>10.513</b>	<b>13.720</b>
Reserva legal	(350)	(526)	(551)
Juros sobre capital próprio pagos	(3.050)	(3.050)	(6.700)
Reserva especiais de lucros	(3.595)	(6.937)	(6.469)

Os juros sobre capital próprio, no montante de R\$3.050 (R\$2.594, líquidos de tributos) está destinado ao aumento do capital própria conforme descrito na nota 15.a.

#### **d. Reserva de retenção de lucros**

No período, após a constituição da reserva legal e distribuições de lucros, a Administração do Banco optou por amortizar o saldo remanescente do resultado na Reserva de Retenção de Lucros. Conforme demonstrados na nota 15.c.

Os ajuste de exercícios anteriores demonstrados na nota 4, foram amortizados na reserva de retenção de lucro, conforme demonstrado quadro abaixo:

Reservas especiais de lucros	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<b>Saldo no início do período</b>	<b>5.649</b>	<b>11.410</b>
Reserva especiais de lucros	10.513	13.720
Constituição de Reserva Legal	(526)	(551)
Ajuste de exercícios anteriores	(9.540)	(12.230)
Juros sobre capital próprio pagos	(3.050)	(6.700)
<b>Saldo no final do período</b>	<b>3.046</b>	<b>5.649</b>

## **16 Gestão de risco e capital**

O Banco vem disseminando ao longo dos últimos anos a importância do gerenciamento de riscos e de capital na gestão de seus negócios, o que contribui para o fortalecimento do mercado financeiro e das relações com os seus acionistas e com as partes interessadas.

O gerenciamento de riscos e de capital é parte integrante e fundamental das atividades da Instituição, os quais se encontram alinhados à estratégia e ao modelo de negócio. A gestão rigorosa e abrangente dos riscos proporciona a estabilidade dos resultados financeiros e contribui para a geração de valor para a criação de um banco sólido, integrado, rentável, socialmente responsável e eficiente.

### **a. Risco de Crédito**

É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte ou pelas contrapartes conectadas, de suas obrigações nos termos pactuados; à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; da reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O Banco efetua a gestão do risco de crédito por meio da implementação de políticas de crédito específicas destinadas a cada segmento em que o Banco opera e nas quais são evidenciados as alçadas de aprovação, os sistemas operacionais, as rotinas, os limites operacionais, as vedações, a revisão e aprovação do crédito, dentre outras questões relevantes.

Com o objetivo de não comprometer a qualidade da carteira de crédito do Banco são observados todos os aspectos pertinentes ao processo de concessão de crédito, concentração, exigência de garantias, prazos, dentre outros aspectos.

### **b. Risco de Liquidez**

É a possibilidade da Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como é a possibilidade de a instituição não conseguir negociar uma posição a preço de mercado, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento do risco de liquidez da Instituição tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras, procurando garantir: (i) o pagamento de obrigações e compromissos assumidos com clientes, fornecedores e acionistas; (ii) a capacidade de alavancar o crescimento dos ativos de maneira sustentável, sem comprometer o pagamento dos compromissos assumidos; e (iii) a efetividade de atuação da Instituição nos mais diferentes cenários, efetuando sempre testes para medir a capacidade desta, inclusive, em ambientes mais severos.

### **c. Risco de Mercado**

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição. Quanto ao risco da Taxa de Juros do Banking Book (RTJBB) ou em inglês Interest Rate Risk in the Banking Book (IRRBB), também previsto no artigo 25 da resolução supracitada é definido como o risco atual ou potencial, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da Instituição Financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

O gerenciamento de risco de mercado do Banco consiste na análise detalhada do perfil da carteira e dos fatores de risco a que esta se encontra sujeita e consistem na avaliação dos níveis de exposição e a sua conformidade com as definições internas, visando o enquadramento e o acompanhamento do montante em risco.

Este processo envolve várias áreas que possuem atribuições específicas e garante uma estrutura eficiente na mensuração e no controle do risco de mercado, definindo parâmetros, diretrizes e limites operacionais de exposição ao risco de mercado detido pelo Banco em patamares que propiciem: (i) a proteção dos ativos e dos passivos contra a volatilidade das taxas e dos preços de mercado, incluindo a preservação do capital da Instituição; e (ii) o atendimento às necessidades cumulativas de geração de valor para os acionistas, clientes e contrapartes.

O atual modelo de risco de mercado também permite acompanhar a sensibilidade das taxas de juros, comparando a curva de mercado recente com os cenários formados, o que possibilita simular como tais taxas podem variar e afetar as posições assumidas pela Instituição.

Além do acompanhamento diário das exposições dos diversos fatores de risco, o risco de mercado no Banco Semear é avaliado por cinco medidas principais: (i) Value at Risk (VaR); (ii) Testes de Estresse (Stress Testing); (iii) posições; (iv) sensibilidades ; e (v) testes de aderências (Backtesting).

#### **d. Risco Operacional**

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas. Tal definição, ainda explicitada na mesma resolução, inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenização por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição. Em complemento, na definição do acordo de Basileia, excluem-se do conceito os riscos estratégicos e de reputação.

O gerenciamento do risco operacional do Banco é composto por políticas, normas e procedimentos que asseguram o controle compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos seus produtos e serviços, as atividades, os processos, os sistemas e a extensão da exposição aos riscos, proporcionando uma gestão efetiva da Instituição.

O gerenciamento do risco operacional do Banco encontra-se segmentado em duas abordagens, quais sejam: (i) a qualitativa e (ii) a quantitativa.

##### ***Qualitativa***

A abordagem qualitativa é composta por metodologias, ferramentas de controle, ações de mitigação e relatórios gerenciais que especificam o controle dos processos conduzidos em todas as áreas da Instituição.

Todos os colaboradores que fazem parte ou participam das atividades desenvolvidas na Instituição estão comprometidos com a identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos operacionais inerentes ao Banco Semear.

##### ***Quantitativa***

A abordagem quantitativa é composta pelo acompanhamento contábil das perdas originadas pelos incidentes de risco operacional. A área de riscos identifica a origem de sua ocorrência e a associa com as rubricas contábeis específicas. Esta dinâmica permite a realização periódica de consistências correlatas à perda estimada em relação à perda realizada e aos incidentes registrados.

#### **e. Risco Socioambiental**

O Risco Socioambiental é representado por potenciais danos que uma atividade econômica pode causar à sociedade e ao meio ambiente.

O processo de gerenciamento de risco socioambiental da Instituição conta com uma estrutura de governança composta por comitês, políticas, normas e procedimentos que buscam promover o tratamento adequado das questões socioambientais, minimizando riscos e corrigindo eventuais deficiências identificadas.

Este processo atende a Resolução nº 4.327 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e observa os princípios de relevância e proporcionalidade, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil de atividades da Instituição.

#### **f. Gerenciamento de Capital e Limites Operacionais**

A Resolução nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional (CMN) define o “gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle de capital mantido pela Instituição, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos aos quais a Instituição está sujeita, planejamento de metas e de necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição”.

Com o intuito de garantir a efetividade do gerenciamento de capital, as áreas da Instituição compartilham responsabilidades e controles, sendo que todos os envolvidos acompanham a conformidade de seus processos, estabelecendo e praticando controles internos e planos de ação que minimizam os riscos e corrigem eventuais deficiências identificadas.

O gerenciamento de capital da Instituição atua de forma a antecipar a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças das condições de mercado. Dentro deste contexto, o Banco como objetivo: (i) assegurar a solvência, a liquidez e o adequado nível de retorno sobre o capital; (ii) implantar e manter processos de gerenciamento de capital que possibilitem a identificação e a avaliação dos riscos relevantes; (iii) manter adequado o capital regulatório em conformidade com as regras estipuladas pelo órgão regulador por meio das normas vigentes aplicáveis; (iv) garantir que os processos de gerenciamento de capital cumpram a regulamentação vigente e estejam alinhados com as melhores práticas nacionais e internacionais de gestão; (v) identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos inerentes aos produtos, serviços e operações da Instituição; (v) avaliar os impactos sobre os resultados; e (vi) decidir tempestivamente sobre os limites de exposições aceitos.

Em outubro de 2013, entraram em vigor as novas regras de mensuração do capital regulamentar, conhecido como Basileia III, nos termos da Resolução CMN nº 4.192/13, contendo a nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos.

O cálculo do capital regulatório do Banco para a cobertura de risco baseia-se na Resolução nº 4.193/13 do Conselho Monetário Nacional (CMN). A Instituição encerrou o ano de 2020 com índice de Basileia de 15.84%.

O cumprimento dos limites em relação ao capital regulatório é estritamente observado pelo Conselho de Administração do Banco.

O quadro a seguir demonstra a apuração do índice de Basileia:

**Detalhamento das Margens de Requerimento  
Relativamente ao RWA**

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>88.155</b>	<b>107.710</b>
<b>Patrimônio de Referência Nível I</b>	<b>88.155</b>	<b>107.710</b>
<b>Capital Principal – CP</b>	<b>88.155</b>	<b>107.710</b>
<b>Ativos Ponderados por Risco - RWA</b>	<b>651.596</b>	<b>679.823</b>
RWA para Risco de Crédito por Abordagem Padronizada - RWACPAD		
RWA para Risco de Mercado - RWAMPAD	64	507
RWA para Risco Operacional por Abordagem Padronizada – RWAOPAD	75.262	66.042
<b>Requerimento Mínimo de Capital</b>		
Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA	29.322	30.592
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA	0	40.789
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA	52.128	54.386
<b>Margem sobre os Requerimentos de Capital</b>		
Margem Sobre o Capital Principal Requerido	58.833	77.118
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido	88.155	66.921
Margem Sobre o Patrimônio de Referência Requerido	36.027	53.324
<b>Índice de Capital Principal (CP/RWA)</b>	<b>13,53%</b>	<b>15,84%</b>
<b>Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)</b>	<b>13,53%</b>	<b>15,84%</b>
<b>Índice de Basileia (PR/RWA)</b>	<b>13,53%</b>	<b>15,84%</b>

Os princípios e as normas que direcionam o gerenciamento dos riscos envolvidos nas operações e nos processos da Instituição, bem como a estrutura constituída para assegurar identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação destes, em conformidade com as determinações emanadas da Circular Bacen nº 3.678/2013, encontram-se disponíveis no site [www.bancosemear.com.br](http://www.bancosemear.com.br).

**g. Análise de Sensibilidade**

**g.1 Cenários de inadimplência e custo de captação**

Com o intuito de se avaliar o quão sensível são os principais indicadores de solidez do Banco (Liquidez, Patrimônio Líquido e Índice de Basileia) foi realizada uma análise de sensibilidade levando em consideração três variáveis bem importantes para a realidade do Banco: a inadimplência da carteira de pessoa física; a inadimplência da carteira de pessoa jurídica; o custo de captação de recursos no mercado.

Levando em consideração as três variáveis acima, foram elaborados três cenários baseados no orçamento original.

Os cenários desenhados foram os seguintes:

Descrição cenários	
Cenário 1	Incremento da inadimplência de PF em 20% e de PJ em 15% e incremento do custo de captação em 10%
Cenário 2	Incremento da inadimplência de PF em 40% e de PJ em 30% e incremento do custo de captação em 20%
Cenário 3	Incremento da inadimplência de PF em 60% e de PJ em 45% e incremento do custo de captação em 30%

Com base nesses cenários, os principais resultados esperados para o fechamento do exercício de 2021 são os seguintes:

Indicador	Orçamento Original	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Caixa	190.856	187.460	183.704	181.704
PL	126.393	123.926	121.968	119.999
Basileia	13,92%	13,46%	13,13%	12,79%

Em todos os cenários realizados, mesmo no mais pessimista de todos, o Banco mantém níveis de liquidez, de Patrimônio Líquido e Índice de Basileia adequados à sua atividade.

## g.2 Sensibilidade de Risco de Mercado

O Banco Semear acompanha o risco de taxas de juros para sua carteira, com utilização de cenários com aplicação de choque nos fatores de risco que possam causar impactos em sua carteira. Tal procedimento permite realizar inferências sobre o risco das posições quando comparados aos patamares atuais dos preços de mercado e seu comportamento histórico.

O demonstrativo abaixo contém a análise de sensibilidade dos ativos classificados nas carteiras indexadas às taxas de maior exposição do banco, quais sejam IGPM, IPCA e taxa PRÉ.

Em milhares de Reais		Dez/2020	
MtM em normalidade	209.009.421,75		
Choques por bases points	Cenário	MtM em Estresse	Delta
-400 bps	Gravíssimo	223.583,15	14.574
-300 bps	Grave	219.491,17	10.482
-200 bps	Moderado	215.722,66	6.713
-100 bps	Leve	212.239,67	3.230
+100 bps	Leve	206.003,54	- 3.006
+200 bps	Moderado	203.197,42	- 5.812
+300 bps	Grave	200.569,66	- 8.440
+400 bps	Gravíssimo	198.101,56	- 10.908

Para subsidiar a análise foram considerados os seguintes cenários:

- CENÁRIO 1 – Leve: situação de deterioração e de elevação de 100 base point nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos em todas as curvas IGPM, IPCA e PRÉ para data base;
- CENÁRIO 2 – Moderado: situação de deterioração e de elevação de 200 base point nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos em todas as curvas IGPM, IPCA e PRÉ para

data base;

- CENÁRIO 3 – Grave: situação de deterioração e de elevação de 300 base point nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos em todas as curvas IGPM, IPCA e PRÉ para data base;
- CENÁRIO 4 – Gravíssimo: situação de deterioração e de elevação de 400 base point nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos em todas as curvas IGPM, IPCA e PRÉ para data base.

Adicionalmente, a fim de estimar o efeito da variação de determinado fator de risco sobre o PR (patrimônio de referência), Banco executa testes de sensibilidade em que avalia:

- Os ganhos e perdas máximas esperadas no 1º e 99º percentil, calculados a partir de uma série de 252 retornos, apurados a partir do cálculo de VaR da carteira, utilizando metodologia paramétrica com 99% de confiança e horizonte de tempo de um dia escalado para dez dias.
- Quantidade de bases points necessários para causar reduções de 5%, 10% e 20% do Patrimônio de Referência. Abaixo apresentamos apenas os fatores de risco onde foi possível determinar pelo menos um dos valores informados.

Valores em milhares de Reais dez/20

Fator de Risco	Percentil		Percentil		
	1 - 1 ano(s)	99 - 1 ano(s)	-5%	-10%	-20%
Cupom de IGP-M	5.243,62	1.956,47	2,37%	5,33%	14,67%
Cupom de IPCA	6,96	-13,74	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
PRÉ	-1.256,93	2.651,98	-2,66%	-5,16%	-9,68%

## 17 Rendas de prestação de serviços

	2º Sem / 2020	2020	2019
Rendas de comissão de agenciamento de seguros	220	777	1.613
Rendas de garantias prestadas	88	382	472
Outras receitas de prestação de serviços	125	161	112
<b>Receitas de prestação de serviços:</b>	<b>433</b>	<b>1.320</b>	<b>2.197</b>
Receitas de confecção e renovação de cadastro - PF	5	5	479
Receitas de confecção de cadastro - PJ	760	1.478	1.587
Outras tarifas	512	1.037	797
<b>Rendas de tarifas bancárias:</b>	<b>1.277</b>	<b>2.520</b>	<b>2.863</b>

## 18 Despesas com pessoal

	2º Sem / 2020	2020	2019
Proventos + Honorários Diretoria	(6.713)	(13.212)	(13.698)
Encargos sociais	(1.721)	(3.784)	(3.644)
Benefícios	(1.344)	(2.696)	(2.680)
<b>Despesas de pessoal:</b>	<b>(9.778)</b>	<b>(19.692)</b>	<b>(20.022)</b>

## 19 Outras despesas administrativas

	2º Sem / 2020	2020	2019
Despesas de outros serviços de terceiros	(6.730)	(13.163)	(14.634)
Despesas de processamento de dados	(6.420)	(11.965)	(9.052)
Despesas de localização e funcionamento	(1.450)	(3.058)	(3.076)
Despesas de serviços técnicos especializados	(1.804)	(3.234)	(4.232)
Despesas de marketing	(1.498)	(2.977)	(719)
Despesas de emolumentos judiciais	(1.643)	(2.488)	(3.387)
Despesas de serviços do SFN	(817)	(1.647)	(1.480)
Despesas de indenizações judiciais	(635)	(1.156)	(1.377)
Despesas com amortização	(882)	(1.785)	(809)
Despesas com depreciação	(100)	(191)	(158)
Demais despesas administrativas	(849)	(1.842)	(2.034)
<b>Outras despesas administrativas</b>	<b>(22.828)</b>	<b>(43.506)</b>	<b>(40.957)</b>

## 20 Despesas tributárias

	2º Sem / 2020	2020	2019
COFINS	(4.451)	(8.494)	(8.849)
PIS	(723)	(1.380)	(1.438)
ISSQN	(86)	(430)	(262)
ITBI/IPTU	(735)	(1.037)	(1.392)
Outros tributos	(37)	(42)	(8)
<b>Despesas tributárias</b>	<b>(6.032)</b>	<b>(11.383)</b>	<b>(11.949)</b>

## 21 Outras receitas operacionais

	2º Sem / 2020	2020	2019
Reversão de provisões para pagamentos a efetuar	93	549	1.661
Reversão de provisão bens em pendência transitória cartorial	0	0	1.160
Reversão de provisão para contingências - Ações cíveis	926	1.200	1.047
Reversão de provisão para contingências - Trabalhistas	418	418	475
Taxa de permanência no recebimento de créditos	2.053	4.701	7.384
Multas no recebimento de créditos em atraso	2.401	4.682	4.488
Recuperação de encargos e despesas	775	1.028	913
Variações monetárias ativas	244	548	726
Rendas de acordos operacionais	0	0	260
Rendas de oper. aquisição de recebíveis	62	94	85
Reversão de provisões sobre garantias prestadas	31	412	21
Outras rendas operacionais	337	1.301	654
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>7.340</b>	<b>14.933</b>	<b>18.874</b>

## 22 Outras despesas operacionais

	2º Sem / 2020	2020	2019
Despesa com acordos imobiliários	(4.760)	(6.647)	(6.003)
Descontos concedidos nos recebimentos de créditos	(1.556)	(3.169)	(1.585)
Descontos concedidos nos recebimentos de recebíveis	(197)	(234)	(100)
Variação monetária passiva	(474)	(692)	(671)
Desp. atualiz. impostos e contribuições	(109)	(174)	(204)
Provisão sobre garantias prestadas	(90)	(91)	(383)
Provisões para pagamentos a efetuar	(52)	(241)	(1.234)
Provisão para contingências - Trabalhistas	(327)	(785)	(607)
Provisão para contingências - Ações cíveis	(314)	(662)	(2.210)
Outras despesas operacionais	(181)	(313)	(211)
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>(8.060)</b>	<b>(13.008)</b>	<b>(13.208)</b>

### 23 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social nos resultados dos períodos pode ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte:

	2º sem 2020		31/12/2020		31/12/2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação e participações estatutárias	<b>10.950</b>	<b>10.950</b>	<b>16.521</b>	<b>16.521</b>	<b>(764)</b>	<b>(764)</b>
Participações dos empregados	(1.007)	(1.007)	(1.007)	(1.007)	-	-
Adições (exclusões) permanentes	(1.772)	(1.772)	(1.621)	(1.621)	(5.148)	(5.148)
Diferenças temporárias ativas diferidas (a)	(789)	(789)	10.739	10.739	11.873	11.873
Diferenças temporárias passivas diferidas (b)	286	286	75	75	(29)	(29)
<b>Resultado líquido ajustado</b>	<b>7.668</b>	<b>7.668</b>	<b>24.707</b>	<b>24.707</b>	<b>5.932</b>	<b>5.932</b>
(-) Prejuízo fiscal/base negativa (d)	(588)	(2.300)	(4.882)	(7.412)	(1.780)	(1.780)
<b>Base de cálculo tributável (c)</b>	<b>7.080</b>	<b>5.368</b>	<b>19.825</b>	<b>17.295</b>	<b>4.152</b>	<b>4.152</b>
Alíquota-base	(1.062)	(1.138)	(2.974)	(3.315)	(623)	(623)
Alíquota adicional	(696)	-	(1.958)	-	(391)	-
Incentivos fiscais	9	-	9	-	41	-
Sub-totais dos impostos correntes	(1.749)	(1.138)	(4.923)	(3.315)	(973)	(623)
Diferença - Prov. do exercício anterior	339	203	314	221	-	-
<b>Totais dos impostos correntes</b>	<b>(1.410)</b>	<b>(935)</b>	<b>(4.609)</b>	<b>(3.094)</b>	<b>(973)</b>	<b>(623)</b>
Base de cálculo tributável (b)	286	286	75	75	(29)	(29)
(+/-) Ajuste à base de cálculo	-	-	-	(49)	-	(56)
<b>Passivo fiscal diferido ( 1 )</b>	<b>72</b>	<b>57</b>	<b>19</b>	<b>5</b>	<b>(7)</b>	<b>4</b>
Base de cálculo tributável (a)	(789)	(789)	10.739	10.739	11.873	11.873
(+/-) Ajuste à base de cálculo	-	-	-	-	(3.045)	2.740
Diferenças temporárias	-	-	76	367	-	-
Crédito tributário alteração alíquota CSLL (e)	510	(78)	510	(78)	-	57.660
<b>Diferenças temporárias (2)</b>	<b>(69)</b>	<b>(173)</b>	<b>2.832</b>	<b>2.206</b>	<b>2.207</b>	<b>10.841</b>
Base de cálculo tributável (d)	(588)	(2.300)	(4.882)	(7.412)	(1.780)	(1.780)
(+/-) Ajuste à base de cálculo	-	590	-	1.722	160	4.445
<b>Prejuízo fiscal/base negativa (3)</b>	<b>(147)</b>	<b>(342)</b>	<b>(1.220)</b>	<b>(1.138)</b>	<b>(404)</b>	<b>399</b>
<b>Ativo fiscal diferido (2+ 3)</b>	<b>(216)</b>	<b>(515)</b>	<b>1.612</b>	<b>1.068</b>	<b>1.802</b>	<b>11.240</b>
<b>Totais do imposto diferidos (1+2+3)</b>	<b>(144)</b>	<b>(458)</b>	<b>1.631</b>	<b>1.073</b>	<b>1.796</b>	<b>11.244</b>

## 24 Transações com partes relacionadas

### a. Sumário das transações

	2020				
	Títulos e Créditos a Receber	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Letras de créditos imobiliários	Receitas (despesas) do período
Pessoal chave da administração		4	494	20	(589)
Outras partes relacionadas (1)	30.541	3.341	15.312	498	(4.664)
<b>Total</b>	<b>30.541</b>	<b>3.345</b>	<b>15.806</b>	<b>518</b>	<b>(5.253)</b>

	2019				
	Títulos e Créditos a Receber	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Letras de créditos imobiliários	Receitas (despesas) do período
Pessoal chave da administração	0	0	214	66	(3.873)
Outras partes relacionadas (1)	45.282	1.521	11.005	737	(13.738)
<b>Total</b>	<b>45.282</b>	<b>1.521</b>	<b>11.219</b>	<b>803</b>	<b>(17.611)</b>

As despesas realizadas com partes relacionadas no período referem-se a:

- R\$649 (R\$995 em 2019) provenientes de despesas com aluguéis e condomínio do período.
- R\$10.810 (R\$11.931 em 2019) provenientes de serviços de cobrança e apoio administrativo prestados no período.
- R\$435 (R\$794 em 2019) provenientes de despesas com remuneração de depósito a prazo e letras de créditos imobiliários mantidos por demais pessoas físicas e jurídicas integrantes do Grupo Seculus no período.
- R\$13 (R\$236 em 2019) provenientes de despesas administrativas gastas com pessoal administrativo.
- R\$ 0 (R\$33 em 2019) provenientes de doação à entidade filantrópica.
- R\$1.296 (R\$ .620 em 2019) remuneração paga à Administração.

As captações e as transações acima descritas foram realizadas em condições pactuadas entre as partes. Os depósitos a prazo têm taxa máxima de 111% do CDI e prazo máximo de vencimento em 3 de dezembro de 2024.

#### (1) Outras partes relacionadas

- Os títulos de crédito a receber no total de R\$30.824 (R\$45.487 em 2019) com provisão no total de R\$4.482 (R\$9.492 em 2019) referem-se ao saldo em 30 de junho de 2020 da carteira de recebíveis de créditos imobiliários adquirida de empresa ligada - Nota Explicativa nº 8.
- Depósitos à vista representados por R\$375 (R\$741 em 2019) de pessoa física e R\$ 1.127 (R\$780 em 2019) por empresas ligadas.
- Depósitos a prazo compostos de R\$9.163 (R\$4.704 em 2019) de pessoas físicas e R\$ 5.976 (R\$ 6.515 em 2019) por empresas ligadas.
- Letras de créditos imobiliários compostas de R\$518 (R\$603 em 2019) de pessoas físicas.

O Banco não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego e de contrato de trabalho para o seu pessoal-chave da Administração.

25 Outras informações

a) Ouvidoria

Estreitando o relacionamento com os clientes, usuários e fornecedores de seus produtos e serviços, bem como com as instituições de proteção aos direitos econômicos, o Banco constituiu, desde outubro de 2007, seu componente organizacional de Ouvidoria, em observância às normas vigentes, em especial à Resolução CMN nº 4.433/2015. Sua atuação consiste em um canal de instância final de atendimento a demandas dos entes supramencionados.

**Conselho de Administração**

Roberto Willians Silva Azevedo  
Presidente

Márcio José Siqueira de Azevedo  
Conselheiro

Lilian Lucia Leão de Azevedo Pessoa  
Conselheira

**Diretoria**

Roberto Willians Silva Azevedo  
Diretor-presidente

Ilvio Braz de Azevedo  
Diretor

Arthur Soares Campos  
Diretor

Lucas Thaislo Faria  
Diretor

Mônia Alves de Souza  
Diretora

**Contadora responsável**

Maria Aparecida F. de Souza Costa  
CRC-MG: 48852/O-2